

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

BEATRIZ RAMOS

**ENTRE ATOS E IDEAIS:** Pagu, militância e as contradições no interior do PCB nos  
anos 1930

UBERLÂNDIA  
2025

BEATRIZ RAMOS

**ENTRE ATOS E IDEAIS:** Pagu, militância e as contradições no interior do PCB nos  
anos 1930

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA  
2025

Para minha avó Nair, cuja trajetória de vida foi a inspiração para esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus amigos - aos que estão em Minas e aos que estão em São Paulo. A vida foi muito generosa ao colocar cada um de vocês no meu caminho. Com vocês, aprendi que o amor vai muito além do aspecto romântico, ele também habita nas amizades. Sou muito sortuda por contar com essa família que a vida me permitiu escolher.

À minha família, por todo o acolhimento e apoio sempre. Em especial, à minha tia Sônia, por cuidar de mim desde que me entendo por gente. Você é, para mim, uma segunda mãe.

Para minha avó, viúva com sete filhos para criar, fez o possível e o impossível para cuidar de todos, e assim foi até os seus últimos dias de vida. A senhora ainda me visita em sonhos. Por isso, esse trabalho é em sua homenagem, à mulher batalhadora e operária das indústrias têxteis do interior paulista. Minha eterna inspiração.

Em especial, agradeço profundamente aos meus pais, que, com muito esforço, dedicação e trabalho, me proporcionaram o privilégio de me dedicar integralmente aos estudos. Foram meu apoio incondicional em cada decisão e meu refúgio constante, mesmo com a distância física que nos separava. Encerrar esse ciclo foi desafiador, mas, nos momentos em que até eu duvidava da minha própria capacidade, foram vocês que me sustentaram com amor, fé e encorajamento. Por cada gesto de amor, cada colo cedido em meio aos choros, cada oração que me guia e me protege, espero que este momento represente o orgulho que desejo retribuir. Tudo o que conquistei até aqui, devo a vocês.

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Paulo, pelo apoio, paciência e dedicação durante o desenvolvimento deste trabalho. Sou muito grata que tivemos a oportunidade de terminar essa pesquisa juntos, seu incentivo foi fundamental.

À vida, por todos os ensinamentos ao longo do caminho. Cada dor e cada alegria, tudo foi essencial.

## RESUMO

Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, foi uma mulher multifacetada. Ao longo de sua vida, atuou nos meios artístico, jornalístico, literário e político, sendo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1940, escreveu uma carta-testemunho endereçada ao seu segundo marido, sem intenção de publicação, mas que, posteriormente, se tornou uma importante fonte para compreender sua trajetória e, principalmente, sua militância comunista. Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro enfrentou, desde o começo, uma série de dificuldades tanto internas quanto externas para manter sua atuação. Entre esses desafios, destacou-se a participação efetiva de mulheres na luta comunista. Esta monografia tem como objetivo resgatar a história de Pagu, destacando seu engajamento político-partidário, e, a partir disso, refletir sobre a inserção e a atuação das mulheres do PCB. O estudo parte da análise de edições do jornal partidário *A Classe Operária*, observando as estratégias propostas para as questões de gênero, contrapondo com o testemunho de Pagu, de forma a evidenciar as tensões e contradições na experiência vivida por mulheres dentro do movimento comunista brasileiro na década de 1930.

**Palavras-chave:** Patrícia Galvão; PCB; Militância Comunista.

## ABSTRACT

Patrícia Galvão, better known as Pagu, was a multifaceted woman. Throughout her life, she was active in the artistic, journalistic, literary, and political spheres, being a militant of the Brazilian Communist Party (PCB). In 1940, she wrote a testimonial letter addressed to her second husband, with no intention of publishing it; however, it later became an important source for understanding her trajectory and, above all, her communist militancy. Founded in 1922, the Brazilian Communist Party faced, from the outset, a series of internal and external challenges to maintaining its activities. Among these challenges was the effective participation of women in the communist struggle. This monograph aims to recover the history of Pagu, highlighting her political and party engagement, and, from that, reflect on the participation and role of women in the Brazilian Communist Party (PCB). The study begins with an analysis of issues of the party newspaper *A Classe Operária*, examining the strategies proposed to address gender issues, and contrasts them with Pagu's testimony in order to highlight the tensions and contradictions experienced by women within the Brazilian communist movement during the 1930s.

**Keywords:** Patrícia Galvão; PCB; Communist Militancy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário e Camponês
CC	Comitê Comunista
CEDEM	Centro de Documentação e Memória
CMT	Comitê das Mulheres Trabalhadoras
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
IC	Internacional Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
UFB	União Feminina do Brasil
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

INTRODUÇÃO.....	9
-----------------	---

1 - O jornal A Classe Operária e a incorporação feminina no PCB.....	13
--	----

1.1 - A questão feminina nas páginas do jornal A Classe Operária	13
--	----

1.2 - As mulheres militantes e os órgãos femininos	18
--	----

2 - Patrícia Galvão: “Mulher de ferro, com zonas erógenas e aparelho digestivo”.....	21
--	----

2.1 – Patrícia Galvão: estudos sobre a escritora, artista e militante	23
---	----

2.2 - O feminismo de Pagu: aliança entre feminismo e comunismo	26
--	----

2.3 – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão	32
--	----

2.4 - Comunismo, militância e maternidade	35
---	----

2.5 - Os abusos ocorridos no interior do Partido Comunista	40
--	----

2.6 - O declínio revolucionário	44
---------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
---------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	48
------------------	----

## INTRODUÇÃO

“Quem resgatará Pagu?” questionou Augusto de Campos em sua obra dedicada à obra-vida de Pagu, publicada em 1982. A pergunta expõe o desafio de abordar a trajetória dessa figura complexa e multifacetada, cuja vida ultrapassou os limites do que se esperava das mulheres de seu tempo. Falar sobre Pagu, portanto, exige não apenas recuperar sua memória, mas também compreender as múltiplas dimensões de sua existência - marcada pela ousadia, pela intensidade e pelo enfrentamento constante às estruturas patriarcas.

Pagu experimentou, de forma singular, o peso de ocupar um corpo feminino em uma sociedade profundamente sexista. A condição de mulher moldou suas vivências e, ao mesmo tempo, intensificou sua atuação política, artística e intelectual. A narrativa construída em torno de sua figura foi, por muito tempo, marcada por equívocos e carregada de um viés sexista. Sua história e seus feitos foram frequentemente minimizados, ou mesmo silenciados, de modo que a lembrança mais recorrente de sua vida são atreladas à sua breve relação com o movimento modernista. Talvez o que tenha incomodado tanto ao longo do tempo seja o fato de que Pagu nunca se escondeu atrás de uma figura masculina, nem se submeteu ao que era tradicionalmente esperado da mulher de seu tempo. Pelo contrário, enfrentou com afinco todas as imposições da sociedade, seguindo um caminho moldado por suas próprias vontades.

No que se refere à militância feminina no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), observa-se uma escassez significativa de estudos que abordem de maneira aprofundada a participação das mulheres na construção e no desenvolvimento da organização. Muitas vezes, elas são relegadas a papéis coadjuvantes, quando não são completamente apagadas da historiografia oficial. Exemplo emblemático é o de Maria Lacerda, frequentemente lembrada apenas como ‘a mulher de Luiz Carlos Prestes’. Como aponta Alves:

No caso específico das memórias produzidas pelos homens do partido, os silêncios e/ou esquecimentos sobre as mulheres podem ter relação com a ideia de que suas práticas não foram politicamente relevantes para o partido, ou representam uma tentativa de apagar da memória oficial do partido episódios que contrariam o ideal revolucionário que incluía o debate sobre a libertação feminina.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ALVES, Iracélli da Cruz. **O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB.** In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, p. 2.

Diante desse cenário, essa pesquisa tem como objetivo principal resgatar a história de Pagu, destacando seu engajamento político-partidário, e, a partir disso, refletir sobre a inserção e a atuação das mulheres no PCB na década de 1930. Para tanto, é fundamental contextualizar a fundação do partido e os primeiros esforços voltados à participação feminina, examinando como os comunistas compreendiam as questões femininas e as estratégias adotadas no enfrentamento desses obstáculos. O primeiro capítulo, portanto, explora a trajetória de algumas mulheres militantes, com foco nos organismos criados especialmente para elas durante a década de 1930, através de uma análise sobre as dinâmicas de gênero que permeavam essas relações. Essa análise é realizada a partir de uma fonte primária, o jornal *A Classe Operária*, e de bibliografias dedicadas à vida e atuação dessas mulheres militantes.

A carta-testemunho de Pagu, escrita por ela durante sua mais longa prisão em 1940, constitui a principal fonte de análise do terceiro capítulo. Destinada ao seu segundo marido, Geraldo, a carta buscava apenas expressar seus sentimentos ao longo de sua vida, sem qualquer pretensão de publicação. No entanto, acabou se transformando em uma autobiografia com um rico potencial histórico, repleto de detalhes sobre sua trajetória pessoal e política. A partir das análises desenvolvidas no capítulo anterior, avançamos para o segundo capítulo, dedicado à sua trajetória, no qual estabelecemos um diálogo entre as experiências vividas por Pagu e as idealizações promovidas pelo partido. Contudo, este capítulo não se limita a examinar apenas a dimensão política de sua vida. Também são contempladas suas experiências com a maternidade, os relacionamentos afetivos e sexuais, e os desafios enfrentados enquanto mulher.

Dessa forma, nos debruçamos sobre este material com o intuito de realizar uma leitura crítica da narrativa construída por Pagu, compreendendo como uma fonte de análise da categoria de militância política feminina, e entendendo-a como um espaço de resistência dentro de um contexto de repressão e silenciamento, tanto por parte do Estado quanto do partido, além da própria sociedade patriarcal na qual esse trabalho se insere.

Para entender as práticas de adesão política adotadas pelos comunistas brasileiros, assim como a popularização do comunismo além dos limites de uma organização partidária, é fundamental, antes de tudo, compreender o conceito de cultura política. O historiador Rodrigo

Motta<sup>2</sup> define cultura política como um “conceito polissêmico”: um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um grupo, que expressam uma identidade coletiva e perpassam a ideologia, a linguagem, a memória, o imaginário e o iconográfico. Ou seja, a cultura política supõe que os indivíduos agem também movidos por paixões e sentimentos, como ódio, esperança, medo, e tomam decisões com base em valores construídos em torno da família, nação ou religião. Desse modo, Motta (2013) expõe que os fatores culturais podem exercer maior ou menor influência nas decisões.

Ainda de acordo com Motta, havia, na cultura partidária do PCB uma metáfora em relação aos órgãos do corpo humano que sensibilizariam os indivíduos para o comunismo: o cérebro, estômago e coração. Alguns seriam convencidos pelo cérebro, através de argumentação teórica e filosófica; outros partiriam das necessidades materiais, como a pobreza e a fome, portanto, o estômago; por fim, o coração, órgão principal na metáfora comunista, representava a influência dos sentimentos, da identidade e dos valores culturais<sup>3</sup>. Dentre os elementos principais da cultura política comunista estavam o modelo revolucionário de 1917; a crença na razão, na ciência e no progresso; o internacionalismo, em contrapartida ao nacionalismo, tido como ideário da sociedade burguesa e gerador de guerras imperialistas; solidariedade dos comunistas para com seus irmãos de classe, independente de fronteiras; devoção total à causa, mesmo que ao custo de sacrifícios pessoais e familiares; o culto à URSS, à figura de líderes e ao partido. Outro elemento central era o anti-imperialismo, considerado a etapa superior do capitalismo que deveria, junto às Igrejas, a religião e a moral burguesa, ser superado com a Revolução comunista.

No que se refere às mulheres, o Estado Soviético aprovou medidas como o divórcio e o aborto, as estimulou a estudar e a trabalhar, propagando um discurso de autonomia feminina. Creches e cozinhas coletivas foram feitas para permitir maior mobilidade e liberdade feminina dos trabalhos domésticos. A divulgação comunista estava bastante pautada na construção de uma “nova mulher”<sup>4</sup>. Entretanto, Motta salienta os julgamentos de parte dos homens comunistas que, mesmo pregando a liberdade e a conquista de direitos femininos,

---

<sup>2</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Comunistas: cultura política e produção cultural**. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013, v. 1, p. 15-37.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 9.

ainda questionavam comportamentos desviantes e eróticos, principalmente por medo de que a repercussão social fomentasse os preconceitos de anticomunistas. O autor salienta que alguns elementos da cultura comunistas eram adaptados e reinterpretados em momentos estratégicos e táticos para o partido, de modo a atingir maior parcela da sociedade, como a indisposição contra a Igreja e a religião, e as demandas femininas.

Outro fator crucial de análise do comunismo no Brasil é a influência de tradições locais pois, para o autor, a política não se faz no vácuo, e os atores partilham de elementos de uma determinada linguagem política para se comunicarem e se entenderem, sendo a cultura política um conjunto de orientações de determinadas populações, que influenciam diretamente os padrões de comportamento e as ações políticas dos indivíduos<sup>5</sup>. Ainda sobre esse tópico, Motta propõe uma distinção entre os conceitos de cultura política e cultura partidária: o partido comunista possui uma cultura partidária própria, que por sua vez é estruturada através da cultura comunista. No entanto, a cultura comunista transcende a cultura partidária, ou seja, assume um papel de influência e inspiração até mesmo para aqueles indivíduos sem vínculo partidário ou militância política. Uma característica da cultura política brasileira utilizada pelo PCB foi a conciliação e a flexibilidade de alianças com outras forças políticas contraditórias para os padrões do partido, como líderes burgueses, capitalistas, conservadores, etc., buscando uma relevância no quadro político nacional. Outro traço dessa cultura foi a construção de uma identificação mais com líderes fortes do que com projetos políticos, o personalismo, exemplo disso foi o ocorrido com Prestes, figura emblemática e carismática que acabou por transcender o próprio partido comunista.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram consultadas as seguintes fontes: edições 5 e 9 de 1925, edição 18 de agosto de 1928 do jornal *A Classe Operária*, presentes na Biblioteca Nacional Digital; as edições 63 e 65 de julho de 1929, 94 de julho de 1934, 164 de agosto de 1934 e 208 de janeiro de 1938 presentes no CEDEM/UNESP; para a compreensão de sua trajetória, recorremos ao relato autobiográfico *Pagu: a autobiografia precoce* (edição de 2022), bem como a referências bibliográficas que abordam a sua vida, seu engajamento com o PCB e as relações de gênero no espaço político-partidário da década de 1930.

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 13.

## **1 - O jornal *A Classe Operária* e a incorporação feminina no PCB**

Fundado em 25 de março de 1922, entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, o Partido Comunista do Brasil (PCB) surgiu inspirado pela Revolução Russa de 1917 e alinhado aos princípios marxistas-leninistas. Entretanto, poucos meses após sua criação, o partido já sofria com as consequências do contexto político do país e a forte repressão do governo de Artur Bernardes (1922-1926), levando o recém formado partido comunista à ilegalidade e dificultando suas mobilizações. Entretanto, ainda na ilegalidade, o partido procurou atuar em outras frentes na intenção de se aproximar dos trabalhadores e trabalhadoras. Para isso foi fundado, em 1º de maio de 1925, o jornal *A Classe Operária* com o propósito de promover o entendimento dos conceitos marxista-leninista e a organização da ação dos trabalhadores e trabalhadoras junto à uma política proletária. Sob direção de Octávio Brandão, um dos responsáveis pela criação do PCB, o jornal se colocava como principal veículo de comunicação proletária, sendo um espaço para os operários e operárias expressarem suas queixas e necessidades. O jornal, publicado aos sábados, visava também a divulgação da ideologia marxista, críticas ao capitalismo, a defesa dos trabalhadores e a união da classe<sup>6</sup>.

Uma das diretrizes estabelecidas pela Internacional Comunista<sup>7</sup>, posta como obrigatória a todos os partidos comunistas, era a inserção e a participação feminina na luta de classes. Sem isso, o PCB estaria descumprindo uma das orientações soviéticas sobre os preceitos comunistas<sup>8</sup>. A “questão feminina” - como era tido pelo partido - foi, ao longo dos primeiros anos, uma dificuldade. Foi por meio das páginas do jornal *A Classe Operária* que começaram as movimentações para convocar e organizar as mulheres operárias nas fileiras do partido.

### **1.1 - A questão feminina nas páginas do jornal *A Classe Operária***

Logo na primeira edição de que se tem de exemplar, número 5 de 30 de maio de 1925, é possível ver o empenho dos partidários em convocar as mulheres trabalhadoras para se juntar à luta. Ao relatar a trágica história da varredeira Etelvina, grávida de quatro meses que, ao ver seu companheiro acidentado, sofre um aborto e termina acometida em sua casa,

---

<sup>6</sup> **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, 1925.

<sup>7</sup> A Internacional Comunista, fundada em 1919 pelo PUCS e por Vladimir Lenin, foi uma organização voltada a reunir e organizar os partidos comunistas de diferentes países.

<sup>8</sup> A IC possuía um documento chamado 21 teses, que tratava de exigências obrigatórias para que um partido comunista fosse aceito na organização mundial dos comunistas.

impossibilitada de ganhar os \$5 que recebia por dia, o jornal faz um alerta e um chamado às demais mulheres trabalhadoras:

Pobres mulheres trabalhadoras! Triste sorte, a vossa, companheiras, até quando compreenderdes o caminho da vossa libertação - o caminho que a CLASSE OPERÁRIA vos mostra! A libertação dos operários depende da libertação das operárias. Sem o vosso apoio, companheiras, nós operários pouco podemos fazer. Sem a vossa coragem, sem a vossa dedicação, sem o vosso espírito de sacrifício, o proletariado não vencerá seus inimigos poderosos. Mulheres trabalhadoras, acordae! Bebei no episódio da companheira Etelvina a lição do que é o patronato!<sup>9</sup>

Neste momento é possível averiguar a forma como os homens do partido entendiam a questão das mulheres trabalhadoras: elas possuíam um espírito de sacrifício, pois “o patronato vos mata os filhos, atira-os à miséria. E vos faz abortar. E vos abandona...”<sup>10</sup>.

Na mesma edição encontramos também a denúncia feita pelas operárias charuteiras de São Félix na Bahia, na Casa Costa Ferreira & Pena. Essas operárias reivindicavam condições dignas de trabalho, além de expor que os patrões, ao calcularem “errado” a produção de charutos, diminuíram o salário dessas operárias que recebiam de acordo com a quantidade produzida, além de impedi-las de celebrar o 1º de maio. As operárias reivindicavam, dentre outras coisas: salário fixo, sem descontos quando ultrapassarem 100 charutos; pagamento semanal de todos os dias de trabalho; licença de 15 dias para as companheiras no parto com pagamento integral; bancos especiais para as companheiras grávidas; direito de livre associação e direito de comemorar o primeiro de maio.

Na edição nº 9, de 27 de junho de 1925, foi publicada uma coluna intitulada “A educação das mães proletárias”, que aconselhava os militantes para que “educassem” suas companheiras através das obras marxistas: “aquele que não conseguiu transformar os seus não só vive em um verdadeiro inferno, como tal lacuna é um sinal de sua inferioridade como militante”<sup>11</sup>. Desse modo, o militante que não conseguisse educar sua mulher nos princípios marxistas não seria uma verdadeiro militante. Sobre as mulheres, a coluna dizia

Se de um lado, ela têm, atualmente, menor capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a este em finuras, paciência, habilidade, abnegação - qualidades importantes em um marxista [...] É preciso ser psicólogo: ver qual o fraco da mulher e, por ai, penetrar firme, lembrando-se sempre de que é mais fácil prendê-la pelo lado do sentimento do que pelo do pensamento<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> *A Classe Operária*, 30/05/1925, p. 1.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem.

É possível constatar que, para os militantes, a mulher seria inferior em raciocínio e inteligência, por isso necessitava ser educada e intermediada por seu companheiro. No entanto, possuía qualidades únicas das mulheres e que seriam essenciais aos comunistas, como a paciência e a sensibilidade. No que tange a inserção das mulheres no espaço público, observamos uma perpetuação, por parte dos homens, de pensamentos e princípios patriarcais em relação ao papel tradicional feminino. Ainda que as chamassem para compor as fileiras do partido, essa participação era vista com certo receio.

De volta à legalidade em 1927, o PCB funda o Bloco Operário e Camponês com o intuito de colocar em prática políticas de frente única, visando ganhar bases operárias e ampliar suas alianças<sup>13</sup>. Em 1928, lançou dois candidatos para disputar as eleições municipais do Rio de Janeiro: Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. Na edição de 25 de agosto de 1928 o jornal fez uma convocação às mulheres para que auxiliassem os companheiros nas lutas eleitorais. Escrito pela operária Hermelinda Borges, ela defende que:

A vitória de nossos candidatos proletários depende de uma votação cerrada em seus nomes, e para conseguirmos este objetivo muita propaganda e agitação se torna preciso. A nós mulheres proletárias, grande tarefa compete. Si ainda não dispomos do direito de voto, podemos, no entanto, agir com dedicação e atividade junto as mais largas massas operárias.<sup>14</sup>

Hermelinda dizia ainda que “é um erro pensarmos que as mulheres não devem se envolver em política. Devem, sim, companheiras!”<sup>15</sup>. A operária concluía com um convite para a reunião das mulheres trabalhadoras, convocada pelo Comitê Eleitoral. Ainda que não tivessem o direito ao voto naquela época, o partido e o BOC viam como necessária a participação das mulheres trabalhadoras para fazer a propaganda dos dois candidatos. Se não conseguiam ajudar no voto, ajudariam espalhando a palavra.

Em 1929, na edição nº 63 de 06 de julho, o texto “As reivindicações das mulheres trabalhadoras” chama a atenção para a importância de se conceder o direito ao voto às mulheres: “ora, se a mulher é apta para o trabalho, qualquer que ele seja, também deve ser capaz de exercer direitos políticos”<sup>16</sup>. O texto cita ainda o caso do Rio Grande do Norte onde, em 1928, foi institucionalizado o voto feminino pela primeira vez no Brasil. Criticam,

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Eder Renato de. **O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)**. Rev. Sociologias Plurais, v.8, n. 2, p. 242-266, jul. 2022.

<sup>14</sup> *A Classe Operária*, 25/08/1928, p. 3.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> *A Classe Operária*, 1929, p. 2.

também, o sistema eleitoral da época, dizendo que a concessão do voto não possibilitaria a emancipação política de todas as mulheres, visto que grande parte delas eram analfabetas.

Na 65<sup>a</sup> edição, de 20 de julho de 1929, o jornal traz a seguinte manchete “Guerra a Guerra: o papel preponderante da mulher proletária nessa árdua campanha”. Começando na primeira página e terminando na quarta, o texto traz uma extensa descrição do sofrimento das mães e viúvas da guerra ocorrida entre 1914 e 1917, mulheres que foram submetidas a situações de fome e miséria, em decorrência da morte de seus maridos. Devido a uma guerra imperialista e burguesa, essas mulheres não puderam chorar a dor do luto, sendo obrigadas a ir trabalhar para cuidar do sustento de seus filhos. O texto cita ainda a iminente guerra que se aproximava, e que traria novamente essa realidade para as mulheres trabalhadoras. Já encaminhando para o final do texto, é citado o caso das mulheres russas:

O exemplo da Rússia deve nos guiar. Foi o único país, em que as mulheres proletárias, unidas aos homens, souberam cumprir o seu dever. Aproveitaram-se da guerra imperialista para transformá-la em guerra civil revolucionária contra a sua burguesia [...] enquanto nós, mulheres proletárias dos países burgueses, sofremos miséria e fome, as mulheres russas estão emancipadas totalmente<sup>17</sup>.

Desse modo, as mulheres trabalhadoras brasileiras deveriam seguir o exemplo das mulheres russas na luta contra o imperialismo e a burguesia: “preparemo-nos, preparemos nossos companheiros e nossos filhos, para a luta revolucionária contra o imperialismo sanguinário e contra as guerras imperialistas!”<sup>18</sup>. Ainda nessa edição, há uma carta enviada pelo Comitê das Mulheres Trabalhadoras em resposta à carta das mulheres trabalhadoras do Uruguai. Nesta carta são relatadas as desigualdades enfrentadas no ambiente de trabalho, a falta de leis regulamentadoras, a desigualdade salarial para o mesmo serviço em relação aos homens, falta de direitos políticos e também os preconceitos de homens que defendem a permanência delas ao lar:

A burguesia acha que devemos ficar presas ao lar e aos filhos, e, por todos os meios (associações de caridade, religiosas, recreativas, etc) [ilegível] Esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária<sup>19</sup>.

No entanto, o Comitê deixa claro que, apesar da desorganização, “grupos de companheiras têm fundado comitês em várias partes do país, para lutar”<sup>20</sup>. Essa carta deixa claro que, ainda que se colocassem enquanto libertários revolucionários, muitos homens do

<sup>17</sup> *A Classe Operária*, 20/07/1929, p. 1-4.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 2.

partido carregavam noções sexistas em relação ao papel da mulher. É importante salientar que tais noções eram bastante comuns à época, visto que os próprios fundamentos do feminismo ainda estavam chegando ao país.

Já no começo da década de 1930 o partido adota uma nova tática de valorização de acontecimentos como greves, manifestações e outros eventos considerados de caráter revolucionário. Na edição nº 94, de 28 de julho de 1930, há um convite para que as mulheres trabalhadoras participem da manifestação que iria ocorrer em 1º de agosto, uma demonstração de forças em prol das reivindicações proletárias: “TODAS as MULHERES a postos para a grande demonstração operária de 1º de agosto!”<sup>21</sup>. A matéria expunha as mazelas de trabalhadoras da cidade e do campo, citando casos tristes como da camponesa pernambucana que, ao chegar à noite do trabalho, encontrou sua casa incendiada com seus dois filhos carbonizados: “e tudo isso passam para que os seus exploradores, os ricaços nacionais e estrangeiros, possam passar no luxo e na fartura”, crítica a matéria.

NÓS, MULHERES, AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E DAS GUERRAS DE RAPINA DESSES EXPLORADORES, PRECISAMOS IR A ESSAS DEMONSTRAÇÕES! PRECISAMOS DEMONSTRAR TAMBÉM DE QUALQUER FORMA (POR GREVES, PASSEATAS, COMÍCIOS, DENTRO DOS LOCAIS DE TRABALHO E NAS RUAS) A NOSSA VONTADE DE LUTAR PELO NOSSO PÃO E PELO PÃO DE NOSSOS FILHOS!<sup>22</sup>

O artigo “Das cidades e dos campos às mulheres trabalhadoras”<sup>23</sup> expôs as condições desiguais de trabalho para as mulheres das fábricas. A redatora, uma operária da fábrica Souza Cruz, relata o caso de uma companheira que, por não querer sacrificar demais as operárias de sua seção em suas tarefas, foi ameaçada de demissão por parte do mestre, decisão que só não foi concretizada mediante um levante dos demais operários e operárias, em solidariedade à companheira.

Histórias como essa são comuns nas páginas do jornal. Na edição 164, de 1º agosto de 1934, outro relato de exploração e péssimas condições de trabalho da fábrica de tinta Sardinha. A operária alega que o dono, dr. José da Silva Sardinha, mesmo que casado, possui uma amante que é mestra na fábrica: “A sua amante é uma tal Adelina, mestra, que só vive gritando com as operárias. Quando acontece que uma delas protesta contra a sua tirania, já se

<sup>21</sup> *A Classe Operária*, 28/07/1930, p. 2.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> *A Classe Operária*, 15/12/1931, p. 3.

sabe: Adelina vai imediatamente no seu amante, faz queixa da nossa companheira, que é logo despedida”<sup>24</sup>.

Com o avanço do fascismo na Europa e a sua representação em nível nacional com o Integralismo, o PCB passa a integrar o núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>25</sup>, com o objetivo de combater o Integralismo e desenvolver um projeto anti-imperialismo. Com movimentações de caráter público, como atos, passeatas e comícios, e com fortes críticas ao Governo, logo a ANL foi posta à ilegalidade. A repressão ao PCB e à Aliança levaram a prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de diversos militantes. Esse período foi marcado por atividades restritas e limitadas, entretanto, o jornal e o partido continuaram, dentro das possibilidades, se movimentando.

Com os anos finais de 1930 e a concretização da Segunda Guerra Mundial, o jornal *A Classe Operária* passou a se concentrar em criticar e apontar maneiras de lutar contra o fascismo e o Governo Vargas. Na edição nº 208, de janeiro de 1938, o artigo “As mulheres e o fascismo de Getúlio” traz uma abordagem no âmbito internacional de mulheres combatentes “nas trincheiras” contra governos fascistas, como as citadas Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin. O texto escrito por uma militante de nome Joana aborda também as movimentações de mulheres brasileiras contrárias à ideologia fascista do governo de Vargas:

E nós mulheres brasileiras, apesar de em menor grau, já temos também dado demonstrações de que estamos dispostas a lutar pela liberdade de nosso povo, por nossa liberdade, conscientes das algemas que nos acorrentam, capazes de quebrá-las auxiliando com todas as nossas forças os companheiros que estão conosco no mesmo campo de luta.<sup>26</sup>

Ao reconhecer o engajamento das mulheres brasileiras na luta, o periódico reforçava a importância da participação feminina na resistência política, apontando a ideia de que a emancipação das mulheres estava ligada à luta contra regimes autoritários e opressores.

## **1.2 - As mulheres militantes e os órgãos femininos**

Em 1928, foi criado o primeiro órgão ligado ao PCB e destinado às mulheres: o Comitê das Mulheres Trabalhadoras. Essa organização tinha como objetivo a inserção feminina nas campanhas eleitorais e, por meio do jornal *A Classe Operária*, buscou

---

<sup>24</sup> *A Classe Operária*, 1934, p. 6.

<sup>25</sup> A ANL era composta de comunistas, socialistas, democratas e antigos tenentes insatisfeitos com o Governo Vargas.

<sup>26</sup> *A Classe Operária*, 1938, p. 4.

intermediar a relação dessas trabalhadoras com os sindicatos. A fundação do CMT, exclusivamente voltado para as mulheres, apenas seis anos após a fundação do PCB, evidencia as dificuldades do partido em mobilizar as mulheres para as suas fileiras, mas reflete também um preconceito entre muitos membros masculinos do partido quanto à participação feminina na política. Paula Soares aponta em sua tese, *A questão feminina no Brasil (1925-1956)*, que a fundação do CMT não se deu em decorrência de um estudo realizado pelo partido acerca das demandas e necessidades das mulheres operárias, mas sim de um anseio em envolvê-las em projetos políticos, promovendo uma educação política<sup>27</sup>.

No começo do século XX, o feminismo era associado principalmente a mulheres de tendência liberal e de classe média, que, em sua maioria, pouco aprofundavam as discussões sobre as estruturas sociais, os marcadores de gênero, classe e outras questões relacionadas. Dessa forma, muitas mulheres comunistas não se identificavam como feministas, pois não concordavam com a abordagem do feminismo na época, que, em sua maioria, era percebido como um movimento burguês e desvinculado da luta de classes. Um dos grupos feministas de maior projeção no Brasil foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundado por Bertha Lutz em 1922. A principal pauta da FBPF era a inserção de mulheres como sujeitos de direitos políticos. Glaucia Fraccaro expõe que, para o PCB, somente o direito ao voto e o reconhecimento de direitos civis e políticos não seria suficiente para garantir a liberdade às mulheres<sup>28</sup>. O feminismo de Bertha Lutz evitou se posicionar de maneira radical, em parte por receio da reprovação pública, chegando a enfatizar, com frequência, sua feminilidade:

Apesar da relevância histórica da FBPF não se deve deixar de assinalar as incongruências nas práticas destas feministas, faltando uma postura crítica em relação ao sistema político-econômico vigente. Ao que parece, a organização não tinha a pretensão de abolir a estrutura social de classe, o que não significa que pretendia conservar o *status quo*.<sup>29</sup>

Embora a FBPF defendesse pautas relacionadas às mulheres da classe trabalhadora, não conseguiu mobilizá-las de forma efetiva, mantendo com elas um vínculo político

---

<sup>27</sup> Ver mais em: SOARES, Paula. *A questão feminina no Brasil (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. Belo Horizonte, 2021, p. 117.

<sup>28</sup> FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres:** feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 73-74.

<sup>29</sup> ALVES, Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). Revista Esboços, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 - 452, dez. 2018, p. 438.

relativamente frágil. Em artigo publicado na *A Classe Operária*, de 06 de julho de 1929, o CMT afirma que:

Nos batemos pelo direito do voto às mulheres trabalhadoras. Mas, não como a representante burguesa do Brasil ao Congresso europeu das mulheres, que acaba de apoiar a Liga das Nações imperialista. Queremos o voto feminino como meio de agitar as largas massas de mulheres trabalhadoras na política de classes independente. Só o voto pelo voto nada adiantará à mulher trabalhadora. Outros países burgueses o tem e neles as nossas companheiras permanecem na mesma situação de exploração e de opressão econômica e política. O voto isolado nada adiantará às mulheres trabalhadoras do Brasil, porque, mantido o actual sistema de alistamento eleitoral, poucas seriam as companheiras que poderiam exercer o voto, visto como o regime as mantém quase todas no mais negro analfabetismo, na ignorância mais completa que se revela, sobretudo, entre trabalhadoras dos campos. Queremos o voto como meio de educar e de preparar a mulher trabalhadora para a sua emancipação econômica porque só depois de completamente emancipada, com todo o proletariado, poderá a mulher gozar de todos os direitos políticos tal qual se dá na Rússia.<sup>30</sup>

Expondo, assim, que para os comunistas a luta pelo sufrágio das mulheres no Brasil não visava a inclusão real de todas as mulheres, pois não pretendia mudanças no sistema eleitoral vigente. Para o CMT, enquanto a burguesia, classe imoral e exploradora, estivesse à frente do poder, as mulheres jamais conquistariam a real emancipação<sup>31</sup>.

Do lado das mulheres comunistas e de esquerda, tanto as ligadas quanto as não ligadas ao PCB, também emergiram movimentos voltados para as questões femininas. O PCB defendia um movimento feminino focado na emancipação a partir de uma perspectiva classista. Nesse contexto, surgiu, em 1935, a União Feminina do Brasil (UFB), que, no entanto, sobreviveu apenas dois meses, devido ao autoritarismo do governo Vargas. No seu curto período de existência, a UFB defendeu pautas de emancipação feminina, como: o acesso à educação formal; o fim das desigualdades salariais entre os sexos, e intercedeu pela valorização do trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo: “[...] suas denúncias giravam em torno da exploração do trabalho de forma geral e do trabalho feminino de maneira particular. Acreditavam que a subjugação do sexo feminino estava associada ao modo de produção capitalista”<sup>32</sup>. Além disso, a União pretendia integrar mulheres de diferentes classes sociais e se posicionar abertamente contra o governo Vargas. Embora tenha tido uma existência breve, a UFB chegou a tentar a instalação de uma filial na Bahia. Entretanto, em

<sup>30</sup> *A Classe Operária*, 06/07/1929, p. 2.

<sup>31</sup> SOARES, *A questão feminina no Brasil (1925-1956)*: as mulheres na cultura política comunista, p. 118.

<sup>32</sup> ALVES, *Mulheres, PCB e Feminismos*: disputas e tensões (1930-1937), p. 439.

julho de 1935, algumas militantes da União foram presas, o que resultou na dissolução da organização devido à repressão imposta pelo governo.

Além dessas organizações voltadas exclusivamente para as mulheres, elas também desempenharam um papel ativo em diversas frentes do partido. Dessa forma, o objetivo foi explorar o envolvimento feminino tanto na luta de classes quanto na luta pela emancipação.

## 2 - Patrícia Galvão: “Mulher de ferro, com zonas erógenas e aparelho digestivo”

*quem resgatará pagu?*

*patrícia Galvão (1910-1962)*

*que quase não consta das histórias literárias  
e das pomposas encyclopédias provincianas*

*uma sombra cai sobre a vida  
dessa grande mulher*

*talvez a primeira mulher nova do brasil*

*da safra deste século*

*na linhagem de artistas revolucionárias*

*como anita malfatti e tarsila*

*mas mais revolucionária*

*como mulher*

Augusto de Campos (1978)

Patrícia Galvão (1910-1962) foi escritora, desenhista, jornalista e militante política. Nasceu em São João da Boa Vista, interior de São Paulo, em uma família de classe média. Em 1912, então com dois anos, a família se muda para a capital do estado e passa a morar em uma habitação operária no Brás, com fundo para a Tecelagem Ítalo-Brasileira. É dessa proximidade com o cotidiano da vida proletária que nasce sua semente de revolta. Mulher de múltiplas faces foi, antes de tudo, uma mulher de seu tempo, ou, como diz o filósofo italiano Agamben (2009), uma mulher contemporânea<sup>33</sup>. Vivenciou com intensidade as luzes e trevas e se manteve fiel ao que acreditava, ainda que por muitas vezes isso lhe causasse mais dores do que contentamento.

Por viver em meio aos operários do Brás, vislumbrou, desde nova, as injustiças, as desigualdades sociais e, principalmente, a luta de classes. Ainda que fosse criança, já sabia o

<sup>33</sup> Para Agamben “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”. AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2009, p. 62.

que era certo, e dizia: “era, naturalmente, contra os patrões, como se não pudesse ser de outra forma, mas nunca pesquisei o motivo e nem as causas ou razões da luta de classes”<sup>34</sup>. O conhecimento de fato sobre a luta de classes viria mais tarde na vida, ao filiar-se ao Partido Comunista do Brasil.

Primeiramente, envolveu-se com as artes e a escrita, sendo aluna de Mário de Andrade no Conservatório Dramático Musical de São Paulo, onde teve contato com membros do movimento modernista, como Raul Bopp e Guilherme de Almeida, o que terminou por associar sua imagem ao movimento. Bopp, encantado pelo espírito forte e revolucionário da jovem Patrícia, escreveu um poema dedicado a ela, intitulado *Coco de Pagu* (1928), dando origem ao apelido pelo qual ficaria eternamente conhecida. Dessa proximidade com artistas e intelectuais, Pagu passa a frequentar os salões da alameda Barão de Piratininga, local onde o casal Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral reuniam as figuras da vanguarda brasileira. Casou-se com Oswald pouco tempo depois<sup>35</sup>.

É a partir desse casamento que Pagu se aproxima efetivamente da causa comunista e, ao mesmo tempo, se distancia dos modernistas, visto que a elite modernista não era bem vista pelos comunistas. Aos 21 anos, passou a se envolver ativamente com o PCB, o que levou à sua prisão em mais de vinte ocasiões. Participou intensamente de manifestações, protestos, greves e assembléias, além de viajar por diversos países, da Sibéria à China, da Rússia à França. Nesse período, escreveu seu emblemático romance *Parque Industrial*, enquanto conciliava sua vida política e literária com o casamento com Oswald de Andrade e os afastamentos de seu primeiro filho, Rudá de Andrade.

A maternidade, porém, não era o único e maior projeto de sua vida, pelas palavras da própria: “Partindo, deixei o alvorecer dos primeiros sorrisos e não pude acompanhar os sintomas que se gravam no olhar da primeira compreensão humana. Deixei tudo isso, sem querer confessar que o meu interesse materno era menor que meu desejo de fuga e expansão”<sup>36</sup>.

A partir de seus próprios relatos pessoais, expressos em uma carta escrita ao seu segundo marido, Geraldo Ferraz, enquanto estava presa em 1940, o presente capítulo tem

---

<sup>34</sup> GALVÃO, Patrícia. **Pagu**: autobiografia precoce. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020, p. 57.

<sup>35</sup> O desenrolar de seu envolvimento com Oswald de Andrade pode ser melhor vislumbrado através dos relatos da própria Pagu, em sua carta-biografia *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, originalmente publicada em 2005, por seus filhos Rudá de Andrade e Geraldo Galvão Ferraz.

<sup>36</sup> GALVÃO, Patrícia. **Pagu**: autobiografia precoce, p. 33.

como objetivo analisar a participação feminina na militância político-partidária comunista na década de 1930, sob a perspectiva dos relatos íntimos de Patrícia Galvão.

## 2.1 – Patrícia Galvão: estudos sobre a escritora, artista e militante

Um dos estudos dedicados à obra literária e artística de Patrícia Galvão é o artigo *Patrícia Galvão e o realismo-social brasileiro dos anos 30*, do professor doutor Kenneth David Jackson, no *Jornal do Brasil* de 1978. O estadunidense especialista em literatura de línguas portuguesas comenta sobre o desprezo que o romance *Parque Industrial* recebia por parte do meio literário brasileiro. Para ele, a obra em questão é excepcional:

Esse trabalho excepcional é apenas brevemente mencionado no *Dicionário de Autores Paulistas* de Luís Correa de Melo e apenas registrado no segundo romance de Patrícia Galvão, *A Famosa Revista*, escrito em 1945 com o jornalista e crítico modernista Geraldo Ferraz. Uma crítica sobre o livro foi publicada em 1933 em *Bronzes e Plumas* e João Ribeiro elogiou-a em crítica que aparece em seu livro *Critica – Os Modernos*, editado pela Academia Brasileira de Letras em 1952. Este romance social, entretanto, não é encontrado em nenhuma biblioteca pública de outro Estado do Brasil que não São Paulo e pode ser considerado completamente desconhecido na literatura brasileira.<sup>37</sup>

Em 1994, Todd Irwin Marshall apresenta seu trabalho final de mestrado em artes, na Universidade da Carolina do Norte, intitulado *Patrícia Galvão's Parque Industrial: A Marxist Feminist Reading*, que tinha como objetivo analisar a leitura marxista-feminista de Galvão. Heloísa Pontes também possui um importante estudo sobre a contribuição de Patrícia no Suplemento Literário de S. Paulo, um espaço de divulgação e produção literária e cultural paulista, criado por ela e seu segundo marido, Geraldo Ferraz, em 1946. A autora destaca como Pagu utilizou esse espaço para expressar suas opiniões políticas e sua visão de mundo.

Outro importante texto sobre a literatura e a militância político-partidária de Pagu é o artigo do professor Luiz Fernando Valente, *Canonizando Pagu*<sup>38</sup>. Escrito em 1998, o artigo de Valente faz uma análise das contribuições literárias de Pagu e sua relação com a militância. Ao falar sobre *Parque Industrial*, o autor enfatiza como a obra traz em seu âmago os posicionamentos e pensamentos de Pagu acerca de temas como o comunismo, movimentos operários, direitos trabalhistas e feminismo.

Pagu é mais do que a musa dos modernistas, a encantadora jovem de “olhos moles de fazer doer” que roubou Oswald e Tarsila, ou a fiel companheira de Geraldo Ferraz. Figura permanentemente contestadora e revolucionária, desestabilizadora e

<sup>37</sup> “Patrícia Galvão e o Realismo-Social Brasileiro dos anos 30”, **Jornal do Brasil**, 22 maio 1978.

<sup>38</sup> VALENTE, Luiz Fernando. **Canonizando Pagu**. Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 33, n° 3, p. 27-38, set. 1998.

insopitável, Pagu nunca se acomoda, nem permite que seus leitores jamais se acomodem.<sup>39</sup>

Em *A propósito de Pagu*, Mariza Corrêa traz uma discussão relevante sobre a suposta ausência de mulheres escritoras e artistas no cânone do modernismo. Partindo da discussão apresentada pela especialista em Sociologia da Cultura, Janet Wolff, que aponta a exclusão das mulheres das estratégias modernistas de expressão,<sup>40</sup> Corrêa analisa obras de artistas modernistas como Tarsila do Amaral e, principalmente, Pagu, para argumentar que esse pensamento de Wolff não se aplica ao modernismo vivido no Brasil. A autora utiliza o romance proletário de Pagu, *Parque Industrial*, como exemplo para mostrar que as ausências de estratégias modernistas nas obras de mulheres, conforme apontado por Wolff, estão presentes na obra de Pagu.<sup>41</sup>

A obra de Thelma Guedes, *Pagu – Literatura e Revolução* (2003), é uma das mais completas quando se trata da literatura produzida por Patrícia<sup>42</sup>. A escritora foca no romance proletário *Parque Industrial* para aprofundar e explorar a produção literária da jovem Pagu, dentre os empecilhos – o fato de ser uma mulher sem estudos universitários vivendo no contexto da ditadura estadonovista – e as ousadias que constam em seu primeiro romance. O prefácio do livro é escrito pelo segundo filho de Pagu, Geraldo Galvão Ferraz. Sobre a obra de Guedes, Ferraz diz:

O texto que se vai ler em *Pagu – Literatura e Revolução* é também o de uma advogada de defesa de Patrícia Galvão. A autora repele as aparências de que o romance seria “projeto isolado de uma escritora jovem e inexperiente e liberta-o da pecha de “texto simplista” pela radicalidade de seu enfoque.<sup>43</sup>

A obra mais completa e de maior referência em estudos sobre a vida pública e privada de Pagu, bem como sobre suas obras, é *Pagu: vida-obra*, de Augusto de Campos, originalmente publicada em 1982. Neste trabalho, Campos reúne esforços significativos de compilar tudo o que diz respeito a Patrícia Galvão, incluindo produções feitas por ela e por pessoas próximas a ela. Em suas palavras, era necessário “remitificar Pagu” para desmistificá-la: “enfatizar não a face superficial de sua atividade, mas a densidade maior de

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 37-38.

<sup>40</sup> WOLFF, Janet. **Feminine sentences, essas on women fj culture.** Polity Press, 1990.

<sup>41</sup> CORRÊA, M. A propósito de Pagu. **Cadernos Pagu, [S. l.]**, n. 1, p. 7-17, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1677>. Acesso em: 10 out. 2023.

<sup>42</sup> GUEDES, Thelma. **Pagu: literatura e revolução.** Editora: Ateliê Editorial, 2003.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 15.

sua aventura intelectual”<sup>44</sup>. Em seu livro, o autor reúne textos escritos por e sobre Pagu, assim como fotografias, desenhos etc. Esse esforço se deu em decorrência do trabalho de Décio Pignatari, que encontrou o *Álbum de Pagu*, desenhado e escrito em 1929, e o publicou nas revistas *Código* nº2 (1975) e *Através* nº2 (1978). A partir disso, Campos e Pignatari começaram então o processo de estudar e recuperar as obras de Pagu: “Nos anos 1970, anunciaríamos chamativamente Pagu como a ‘musa-mártir do modernismo’, slogan criado por Décio Pignatari para as suas primeiras ‘ressurreições’”<sup>45</sup>.

Sobre as mulheres do início do século XX, Campos observa que, embora desempenhassem papéis significativos e participativos, muitas mulheres intelectuais enfrentaram o ofuscamento e a marginalização, em razão da condição feminina. Sobre Pagu, ele declara:

Não se trata de forjar uma escritora ou uma artista. Patrícia Galvão foi uma e outra coisa, sem propriamente fazer carreira de letras ou de artes. Assim como foi poeta, sem o ser em termos profissionais, se de profissão se pode falar a respeito de poesia. Amadora em artes. Amadora de artes. Trata-se de recuperar a imagem de uma rebelde da vida e das artes, de captar as fulgurações intermitentes mas lúcidas de uma personalidade rara, dentre as poucas que lutaram por manter acesa a chama do inconformismo que, a partir de 1922, incandesceu o nosso provinciano ambiente cultural.<sup>46</sup>

Outra obra importante sobre Pagu vem de Lúcia Maria Teixeira Furlani, grande entusiasta da artista que possui uma tese de doutorado e livros como *Pagu – Livre na imaginação, no espaço e no tempo* (1988)<sup>47</sup> e a biografia *Viva Pagu* (2010). Essa biografia, dividida em três atos, conta a vida de Pagu e reuniu 3 mil documentos sobre ela, como fotos e cartas. Furlani enfatiza que sua intenção com a obra biográfica é possibilitar, de alguma maneira, que a trajetória de Pagu conte muitas coisas que a própria não conseguiu expressar em vida. A autora também organizou um portal online em parceria com o segundo filho de Pagu, Geraldo Galvão Ferraz, dedicado à publicação de pesquisas, estudos, eventos, livros e outros assuntos relacionados à figura de Pagu<sup>48</sup>.

Além disso, existe um número significativo de teses e dissertações dedicados ao estudo da vida de Pagu, abordando diversos aspectos de sua trajetória. Esses estudos se

---

<sup>44</sup> CAMPOS, Augusto de. **Pagu**: vida-obra, p. 12.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>47</sup> A obra originou um documentário de mesmo nome, lançado em 2001, que contou com a organização de Rudá de Andrade, primeiro filho de Pagu.

<sup>48</sup> PAGU. **Pagu**. Disponível em: <http://www.pagu.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

concentram, principalmente, na análise de sua produção artística, na crítica e interpretação de seu romance *Parque Industrial*, e, de maneira ainda mais expressiva, em sua militância no PCB. A tese de mestrado de Romilda Costa Motta, *Práticas políticas e representações de si. Os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão (Pagu)*, parte da trajetória de duas mulheres militantes latino-americanas, Motta utiliza os próprios relatos de Pagu em cartas escritas durante uma de suas prisões para explorar como Patrícia foi representativa de mudanças do seu tempo. Motta desafia a visão da época sobre os espaços destinados, ou não, para mulheres, e evidencia como Pagu questionava a ideia de que a maternidade deveria ser o único projeto de vida de uma mulher.

Presa mais de 20 vezes, participante ativa de manifestações, greves, protestos e missões a serviço do PCB, vivencia o processo de proletarização, viaja para a Sibéria, China e Rússia, se distanciando de sua vida pessoal, especialmente de seu filho pequeno, dedica-se integralmente aos ideais do partido. Sua trajetória de vida e militância não passou despercebida pela história, sendo retratada de diversas maneiras em várias produções acadêmicas e culturais.

## **2.2 - O feminismo de Pagu: aliança entre feminismo e comunismo**

A luta feminista esteve intrinsecamente presente na vida de Patrícia, uma luta que, por muitas vezes, foi solitária. Em sua trajetória, se distanciou das duas principais correntes feministas da época: o movimento sufragista de Bertha Lutz com o FBPF, e a crítica anarquista feminista. Buscando articular feminismo e comunismo, Pagu desenvolveu, conforme aponta Antonio Risério, uma crítica feminista fundamentada no materialismo histórico. Para compreender as críticas formuladas por Pagu, é fundamental conhecer as duas vertentes feministas às quais ela faz referência, uma vez que sua análise se constrói em diálogo - e oposição - às abordagens dominantes à época.

A primeira vertente é representada pela já mencionada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz e composta por mulheres liberais, cujo principal objetivo era a conquista do direito ao voto. Por outro lado, havia as anarquistas, que se expressavam por meio de jornais como *A Plebe*. Essas mulheres compreendiam a necessidade de mudanças sociais mais profundas, perpassando as relações de gênero, as condições de trabalho enfrentadas pelas mulheres e tecendo críticas ao capitalismo.

Indo na contramão dessas duas vertentes, Pagu não poupou críticas a elas. Através de sua coluna “A mulher do povo”, publicado no pasquim proletário *O Homem do Povo* - que escrevia com seu então marido Oswald de Andrade<sup>49</sup> -, a jovem militante produzia artigos de opinião considerados polêmicos para a época. Seus textos eram fundamentados nos preceitos marxistas e no materialismo histórico. Em artigo intitulado “Maltus Alem”, de 27 de março de 1931, Pagu condena o feminismo das “pequenas burguesas” como Bertha Lutz, “cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza”, que estariam atrapalhando o movimento revolucionário no Brasil, e “que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução”<sup>50</sup>.

Uma das mais importantes figuras do anarquismo brasileiro, Maria Lacerda de Moura, criticou ferozmente a moral vigente, discutindo sobre pautas consideradas tabus à época, como o amor livre e a educação sexual. Para além da emancipação das mulheres, a anarquista se preocupava com a ética, a educação e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, participando de diversos grupos feministas ao longo de sua trajetória política, até mesmo os divergentes entre si, como a FBPF e a UFB. No mesmo artigo, “Maltus Alem”, Pagu critica também a anarquista, alegando que esta seria um “sargento reformista que precisa estender sua visão para horizontes mais vastos”<sup>51</sup>. Para Pagu e os comunistas, as pautas defendidas por Maria Lacerda, eram consideradas secundárias no contexto da época, pois entendiam que os problemas enfrentados pelas mulheres estavam diretamente relacionados à divisão de classes. Dessa forma, a real opressão seria uma consequência da estrutura capitalista.

Embora sua colaboração com Oswald tenha sido curta<sup>52</sup>, é através do pasquim que podemos vislumbrar os ideais de feminismo e comunismo de Pagu: “Intenção de procurar na causa dos oprimidos a finalidade para minha vida. Vontade de ser honesta e corajosa”<sup>53</sup>. Sua contribuição abarcava artigos, ilustrações e charges. Para ela, ser revolucionária significaria ter atitudes e discursos coerentes com seus princípios e, principalmente, ser isenta da influência burguesa e do controle cristão<sup>54</sup>. De fato, nos oito exemplares de *O Homem do*

<sup>49</sup> Fundado em 1931 e encerrado no mesmo ano, Pagu era responsável pela produção da tirinha “Malakabeça, Fanika, Kabelluda”, por textos de arte e cinema e pela coluna mencionada, “A Mulher do Povo”, onde escrevia artigos de opinião sobre temas como feminismo e comunismo. Para mais informações sobre o pasquim, ver: CAMPOS, Augusto de. **Pagu: vida-obra**. Campinas: Brasiliense, 1982.

<sup>50</sup> **O Homem do Povo**, 27/03/1931, nº1.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>52</sup> O pasquim de Oswald e Patrícia foi proibido de circular por ordem da polícia em abril de 1931, com menos de um mês de existência, em decorrência de conflitos com estudantes da Faculdade de Direito. Para saber mais, ver: CAMPOS, Augusto de. **Pagu: vida-obra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 120.

<sup>53</sup> GALVÃO, **Pagu: autobiografia precoce**, p. 41.

<sup>54</sup> **O Homem do Povo**, 13/04/1931, p. 2.

*Povo* os artigos de Pagu criticam ferozmente a moral burguesa e cristão enraizada na elite brasileira, com foco nas mulheres burguesas que “com um entusiasmo de fogo e uma vibração revolucionária poderiam se quisessem, virar o Brasil e botar o Oyapock perto do Uruguai. Mas D. Burguesia habita nelas e as transforma em centenas de inimigas da sinceridade”<sup>55</sup>. O feminismo defendido por Pagu estava profundamente relacionado à luta de classes, sendo compreendido como uma questão indissociável por ela. Assim, como expresso em *A Mulher do Povo*, seu objetivo central não era cooptar mulheres para as fileiras partidárias, mas sim atacar e se distanciar da burguesia, reafirmando sua fidelidade ao comunismo e aos princípios do partido.

Outro exemplo da visão de Pagu sobre a realidade das mulheres trabalhadoras e os impactos da sociedade capitalista está presente em seu livro *Parque Industrial*, publicado em 1933. Sob a ótica de uma São Paulo do início da década de 1930, marcada por um intenso processo de industrialização, a narrativa construída revela explicitamente a miséria da classe operária e os privilégios da classe dominante, estabelecendo um paralelo entre as questões femininas e as questões de classe experimentadas pelas operárias do Brás, bairro que constitui o centro da narrativa por ser, a época, o reduto das fábricas paulistanas.

O livro nasce em um momento de intensa devoção e admiração pelo PCB, de uma jovem Pagu de apenas 21 anos. Entretanto, a abordagem adotada por ela foi considerada inadequada em relação aos princípios do partido. Na obra, Pagu vai além do embate entre a elite dominante e os operários, focando, principalmente, nas múltiplas violências sofridas pelas mulheres operárias, apresentando uma análise que considera os recortes de gênero e raça fundamentados na crítica marxista. Tais fatores contribuíram para o descontentamento dos comunistas, que a consideravam uma “agitadora individual, sensacionalista e inexperiente”<sup>56</sup>, fazendo com que, em razão de uma exigência do próprio partido, Pagu tivesse que adotar o pseudônimo Mara Lobo para assinar a obra, uma vez que o partido não queria que uma de suas integrantes fosse associada à autoria de um livro considerado tão subversivo, até mesmo para os princípios comunistas. No prefácio da edição de 1994, Geraldo Galvão Ferraz comenta sobre a obra de sua mãe:

O romance, de valor estético absolutamente desigual, prejudicado pelo panfletarismo e, talvez, pela inexperiência vivencial da jovem de 21 anos que o escreveu, é contudo um caso singular no quadro do romance social dos anos 1930, por se fixar

---

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> CAMPOS, Pagu: vida-obra, p. 148.

na vida proletária de uma grande cidade, usando a perspectiva marxista-leninista para fustigar os aspectos dolorosos do desenvolvimento industrial<sup>57</sup>.

A postura de Pagu, ao recusar-se a seguir uma escrita submissa e estritamente alinhada aos ideais comunistas, reflete sua visão de mundo, mantendo-se sempre fiel aos seus próprios princípios. Em obra emblemática sobre a artista, Campos faz referência à crônica de Ari Pavão, escrita em 1933, como sendo capaz de evidenciar o impacto causado por *Parque Industrial*:

Romance veloz, cores fortes, personalidade. Mesmo para os que, como eu, não estejam integrados na corrente de ideais que o inspirou, *Parque Industrial* de Pagu é um livro que se lê com prazer. Impróprio para menores e senhoritas - como todo livro que tem ideias - interessa, porque retrata com uma simplicidade notável os aspectos mais desoladores dessa luta tremenda que as desigualdades humanas criaram nas diferentes camadas sociais. / Se não fosse a existência de certos termos que os dicionários civilizados baniram de suas páginas, por incapacidade estética, eu aconselharia a toda gente a leitura desse livro<sup>58</sup>.

Percebe-se que o livro de Pagu foi capaz de chocar até mesmo os simpatizantes dos princípios comunistas. Outro aspecto relevante de ser analisado na fala de Pavão é sua observação de que o livro seria igualmente inadequado para as senhoritas pois, até mesmo entre os comunistas e aqueles com pensamentos transgressores para a época, certas falas, comportamentos e locais ainda não eram bem quistos para as mulheres. Entretanto, as normas sexuais vigentes na época nunca intimidaram Pagu, como ela mesma afirmou “mulher de ferro, com zonas erógenas e aparelho digestivo”<sup>59</sup>.

As protagonistas do romance são inspiradas em mulheres reais e em vivências que Pagu testemunhou de perto: Eleonora, a normalista deslumbrada pela vida burguesa; Otávia, uma sindicalista engajada em atividades políticas; Rosinha Lituana (inspirada na militante política polonesa Rosa Luxemburgo) uma imigrante que acaba sendo presa e deportada; e Corina, uma mulata que acaba sendo seduzida por homem rico que a abandona grávida. As mulheres de Pagu são distintas entre si, refletindo a visão da autora de que as realidades sociais não são, para ela, unificadas. Dessa forma, por meio da narrativa, Pagu busca retratar as múltiplas formas de opressão impostos pela sociedade burguesa e machista às mulheres.

A história de Corina evidencia os inúmeros desafios e sofrimentos enfrentados pelas mulheres, especialmente aquelas pertencentes às camadas marginalizadas da sociedade. Negra

---

<sup>57</sup> FERRAZ, Geraldo Galvão. Prefácio. In: GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022, p. 9.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>59</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 70.

e pobre, se encanta por um homem burguês, se iludindo com a promessa de um futuro ao lado desse homem. Sua realidade muda drasticamente quando, ao descobrir a gravidez, é abandonada por ele e expulsa de casa pela mãe. Além das questões de classe e gênero, a narrativa de Corina também aborda a dimensão racial da opressão, especialmente quando a personagem reflete sobre sua cor: “Por que nascerá mulata? É tão bonita! Quando se pinta, então! O diabo é a cor!”<sup>60</sup>. O sofrimento de Corina se intensifica no trabalho: ao se recusar a realizar um aborto, é demitida da fábrica, perdendo sua única fonte de renda: “Sua safadona! Então, vá se raspando! No meu atelier, há meninas. Não posso misturá-las com vagabundas”<sup>61</sup>. Desamparada e sem perspectiva, Corina cogita a morte, mas, ao invés disso, encontra na prostituição uma saída. Por meio dessa narrativa, Pagu expõe a dura realidade enfrentada pelas mulheres trabalhadoras, constatando que o trabalho tido como digno não era uma possibilidade para todas, onde muitas, por necessidade, eram forçadas a recorrer à prostituição. Entretanto, mesmo aquelas que conseguiam empregos nas fábricas não escapavam da exploração, sendo constantemente submetidas a assédio moral e sexual, evidenciando como a opressão de classe e gênero se manifestavam em diferentes camadas da sociedade.

Com a pluralidade de narrativas em sua obra, Pagu evidencia que não é tão somente o homem burguês que explora sexualmente a mulher operária. De acordo com a noção de poder de Foucault, o poder não estaria concentrado em um único grupo, mas se manifesta de maneiras diversas em diferentes grupos e contextos sociais<sup>62</sup>. Portanto, o homem proletário também exerceria um poder sobre a mulher operária, ainda que ambos compartilhem uma causa em comum. Essa luta, no entanto, é atravessada pela questão de gênero, evidenciando que a opressão feminina está enraizada em relações de poder mais amplas.

As críticas ao feminismo defendido por Bertha Lutz não ficaram restritas àquelas proferidas em *A Mulher do Povo*. Oliveira destaca que, no romance *Parque Industrial*, é possível identificar mais críticas à feminista, como na passagem:

- O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!
- E as operárias?

---

<sup>60</sup> GALVÃO, **Parque Industrial**, p. 44.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>62</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College d'e France, apresentada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

- Essas são analfabetas. Excluídas por natureza<sup>63</sup>.

Outro aspecto abordado no romance é o desamparo do Estado diante das necessidades e urgências das mulheres trabalhadoras. Elas enfrentavam a carência de uma educação sexual adequada, que resultava em dificuldades para cuidar de seus filhos e garantir seu bem-estar. Além disso, a falta de políticas públicas de auxílio à maternidade, como creches e assistência social, dificultava ainda mais a vida dessas mulheres que, para além do cuidado materno, tinham de conciliar com o trabalho exaustivo. Como Patrícia critica, o Estado negligenciava essas demandas, perpetuando a vulnerabilidade dessas mulheres.

- Gente pobre não devia ter filho!
  - Aí vem a Didi! Você viu a criança dela, que mirrada!
- Uma preta deformada aparece com o filho cincuentinha. Uma teta escorrega da boquinha fraca, murcha, sem leite. O avental encarvoado enxuga os olhinhos remelentos.
- Gente pobre não pode nem ser mãe! Me fizeram esse filho num sei como! Tenho que dar ele para alguém, pro coitado não morrer de fome. Se eu ficar tratando dele como é que arranjo emprego? Tenho que largar dele pra tomar conta dos filhos dos outro! Vou nanar os filhos dos rico e o meu fica aí num sei como.

Ninguém diz nada. Estão quase todas nas mesmas condições<sup>64</sup>.

O romance também apresenta a figura de mulheres militantes e combatentes, como é o caso das personagens Otávia e Rosinha, representações da visão político-partidária de Pagu. Ambas personagens possuem crescimento mútuo de consciência política e de classe, engajadas na luta operária, buscam constantemente conscientizar seus colegas sobre a importância de se unirem ao Partido Comunista, ainda que cientes de que essa postura pudesse acarretar em sua demissão:

- Otávia!
- Você sumiu Rosinha! E a fábrica?
- Desmascaramos o contramestre quando queria furar a greve. Me botaram na rua. Uns dias de fome... Me chamou de criança industriada! Filho da mãe!<sup>65</sup>

Sendo *Parque Industrial* um reflexo da vivência e do engajamento político de Pagu, sua análise possibilita compreender de que forma os ideais comunistas moldaram a sua visão sobre as mulheres e a sociedade. Através da obra, Pagu buscou instigar uma reflexão sobre a sociedade capitalista, evidenciando os mecanismos de opressão que recaem sobre as mulheres operárias. As desigualdades de classe, raça e gênero, são apresentadas de forma entrelaçada,

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Carmen Sílvia Araujo de. **A solitude feminista de Patrícia Galvão em Parque Industrial.** Revista Miguilim, 2014, p. 73.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 94-95.

<sup>65</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 21-22.

demonstrando que a luta por igualdade social exigiria uma abordagem ampla e estrutural. As diversas personagens femininas de Pagu são o espelho da realidade de opressão à qual essas mulheres operárias estavam submetidas, ao mesmo tempo que apontam o comunismo como o caminho.

### **2.3 – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão**

Sua carta-testemunho, escrita em 1940 e dirigida ao seu então marido, Geraldo Ferraz, é uma das maiores descobertas a seu respeito. Nela, Pagu abre as portas de seus sentimentos mais íntimos, relatando os assédios, violências de gênero, abortos e infelicidades que vivenciou. A carta entregue por Geraldo a seu filho, Geraldo Galvão Ferraz, nos anos 70, foi publicada em 2005 com o nome *Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. O relato passou décadas dentro de uma pasta preta, sem que seu filho conseguisse ler inteiramente. Como o próprio aponta no prefácio do livro:

Não foi fácil ler essa carta. Ao longo de décadas, bem que tentei. Mas nunca fui além de umas poucas laudas, brecado pela emoção. Enquanto isso, o mito Pagu foi crescendo. Foram teses acadêmicas, artigos, o livro de Augusto de Campos, o filme de Norma Benguell, o filme de Joaquim Pedro de Andrade. Depois, o achado dos contos policiais dela (usando o pseudônimo de King Shelter) que publiquei pela Editora José Olympio, mais o livro de Lúcia M. Teixeira Furlani, os documentários de Ivo Branco e de Rudá de Andrade e José Tassara, a revelação dos croquis que a jovem Patrícia Galvão desenhou. Pagu se multiplicou em balés e espetáculos teatrais. Emprestou o nome a centros culturais, livrarias, até butiques. [...] Enquanto isso, a carta saía de sua pasta preta e voltava, sem ser lida. Estava lá, espreitando, esperando. Finalmente chegou o momento certo.<sup>66</sup>

Quando terminou, Geraldo viu que ali havia muita informação necessária para agregar pesquisas e dados a respeito de Pagu. Mas, acima de tudo, ali estava a própria Pagu falando de si, de sua perspectiva, de sua vida. Uma Patrícia pouco conhecida. Desse modo, após pedir permissão ao seu meio-irmão, Rudá de Andrade, a carta é então publicada. É a partir dessa obra, *escrita de si*, que nunca teve pretensão de ser publicada, que nos dedicamos a analisar a figura de Pagu como militante política, mãe e, acima de tudo, mulher, abordando a questão de gênero que permeou sua trajetória política, suas conquistas e desafios, frequentemente impostos por seus próprios companheiros do Partido Comunista.

A carta-depoimento de Pagu oferece uma análise que ultrapassa a simples narração de sua vida. Nela, é possível observar aspectos como o contexto político do Brasil, as estratégias

---

<sup>66</sup> FERRAZ, 2005, p. 11.

de enfrentamento adotadas pelo PCB, a atuação feminina no partido e as questões de gênero que permeiam esses cenários, tudo sob a perspectiva de Pagu. Com base nessas experiências, este estudo tem como objetivo investigar o papel das mulheres nas lutas políticas e as dinâmicas de gênero presentes nesse contexto.

A imagem de Pagu foi sendo consolidada ao longo do tempo como a de uma mulher forte e determinada, uma militante dedicada que se entregou de corpo e alma à luta comunista.

Toda a vida eu quis dar. Dar até a anulação. Só da dissolução poderia surgir a verdadeira personalidade. Sem determinação de sacrifício. Essa noção desaparecia na voluptuosidade da dádiva integral. Ser possuída ao máximo. Sempre quis isso. Ninguém alcançou a imensidão de minha oferta. E eu nunca pude atingir o máximo do êxtase-aniquilamento: o silêncio das zonas sensitivas.<sup>67</sup>

No entanto, a mesma afirma que muitas de suas escolhas de vida foram moldadas por questões de gênero. Sempre desafiando as normas sociais e o comportamento esperado de uma menina/mulher, Pagu inicia, antes mesmo de completar 12 anos, um relacionamento com um homem casado, movida por seu “estado provisório da não satisfação completa”<sup>68</sup>

O primeiro fato distintamente consciente da minha vida foi a entrega do meu corpo. Eu tinha doze anos incompletos. Sabia que realizava qualquer coisa importante contra todos os princípios, contrariando a ética conhecida e estabelecida [...] Eu me lembro que me considerava muito boa e todos me achavam ruim [...] Eu nunca consegui perceber minha perversidade. Tinham me feito assim e jogado em paredes estranhas. Andava então sozinha.<sup>69</sup>

Essa passagem revela a solidão imposta a Pagu por sua personalidade forte, sem medo de sentir e experimentar seus desejos afetivos e sexuais, disposta a aceitar a “predestinação dos impulsos”<sup>70</sup>. De fato, grande parte da persona construída em torno de Pagu foi, em certa medida, distorcida. Embora fosse uma mulher forte e destemida, possuía, também, uma grande sensibilidade: “Eu sempre fui, sim, uma mulher-criança”<sup>71</sup>.

A vida de Pagu ganha mais intensidade a partir de seu casamento com Oswald de Andrade, período em que sua trajetória política se inicia de forma mais concreta. Esse relacionamento não apenas a insere no cenário militante, mas também permitiu observar como ela compreendia as dinâmicas dos relacionamentos, as questões de gênero e os desafios inerentes a essas temáticas. Em diversos momentos, percebe-se o esforço de Pagu para romper com atitudes e padrões considerados conservadores, mesmo que essa libertação nem sempre

<sup>67</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 10-11.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 11-12.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 17.

fosse um desejo genuíno. Isso se torna evidente quando Oswald propõe um casamento livre de amarras.

Uma noiva moderna e liberal capaz de compreender e aceitar a liberdade sexual. Eu aceitei, mas não compreendi. Compreendia a poligamia como consequência da família criada em bases de moral reacionária e de preconceitos sociais. Mas não interferindo numa união livre, a par com uma exaltação espontânea que eu pretendia absorver. [...] Eu me dispus a lutar contra os preconceitos de posse exclusiva.<sup>72</sup>

No fundo, talvez Pagu nutrisse um receio da solidão que a acompanhava desde menina. No entanto, havia também uma firme determinação em não sucumbir à moral burguesa e cristão predominante. Por isso, “desejava o amor, mas aceitava tudo”<sup>73</sup> e, dessa forma, aceitou a proposta de Oswald.

Deste casamento veio seu primeiro filho, Rudá de Andrade. A maternidade, contudo, representou mais um período conturbado de sua vida, em que Pagu se vê dividida entre ser mãe e o ser mulher:

Mas, quando Rudá nasceu, havia o conceito de responsabilidade. Como se fosse possível plasmar uma vida com nossa vontade. Essa sabedoria não está na condição humana... Eu adoro as avencas. Toda avanca morre em minhas mãos... E a avanca medra sozinha e maravilhosamente, sem nenhuma técnica de cultura. A educação que recebi nada significou para mim. Se crescesse só, apenas não existiria o choque nas paredes profundas de incompreensão entre mim e minha família.<sup>74</sup>

A maternidade despertou em Pagu uma série de sentimentos confusos, levando-a a questionar sua capacidade de desempenhar esse papel, uma vez que se via enquanto uma mulher forte demais para lidar com o sentimentalismo associado à maternidade. Outro questionamento que emergiu foi a crítica à naturalização da maternidade como uma condição inherente às mulheres, uma vez que essa “sabedoria não está na condição humana”. Assim, Pagu opta por distanciar-se de seu filho, evitando que o afeto maternal se sobreponha à sua identidade de mulher moderna e independente.

Você pode dizer, como me disse uma vez Odila, minha única amiga, que eu não amava meu filho. Talvez ela tivesse razão. Eu queria amá-lo. Amá-lo até a renúncia do contato materno. Mas não soube amá-lo suficientemente.

Ele tinha apenas um mês e eu já receava que, sentindo meus beijos, a estrutura a ser realizada se alterasse. E só a noite, quando alguma vez podia fugir de todo o mundo, quando ninguém me observava, então eu o beijava tão levemente e, ao mesmo tempo, com tanta força nos cabelos louros e molhava seus pezinhos com minhas lágrimas. [...] A minha ternura necessitava esmagá-lo no meu seio. Mas ele não devia conhecer essa ternura criminosa. Nem ele, nem ninguém.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>75</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 29.

A experiência da maternidade para Pagu representa um conflito entre o desejo de amar e a necessidade de preservar sua independência. Seu relato evidencia o dilema originado desse conflito, que marcou profundamente sua trajetória. Sua decisão de seguir seu caminho político não reflete a ausência de sentimento, mas sim a dificuldade de se submeter ao papel tradicionalmente imposto às mulheres.

## 2.4 - Comunismo, militância e maternidade

Partindo ao encontro de respostas, Pagu se despede de Oswald e Rudá no cais de Santos, com destino à Argentina. Ela, que desde sua infância no bairro do Brás já demonstrava uma sensibilidade para as questões sociais, decidiu expandir seus conhecimentos:

Levava uma carta para Prestes. Não era apenas curiosidade pela personalidade revolucionária. Prestes era a interrogação. E talvez fosse uma resposta. Ele já havia publicado o seu apoio ao Partido Comunista. Eu sabia dos ataques que Prestes recebia e aceitava estoicamente dos comunistas. Teoricamente, eu ignorava inteiramente a doutrina marxista. Considerava ridículo todos os comunistas que conhecia.<sup>76</sup>

O encontro com Prestes não ocorreu em solo argentino, como inicialmente esperado. Contudo, ao retornar ao Brasil, Pagu trouxe consigo livros e panfletos comunistas, os quais a conduziram ao contato com Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, quando o líder comunista foi à sua casa em busca desses materiais: “Astrojildo foi o primeiro comunista de destaque que surgiu nas minhas relações com a luta política. Mas era antes de tudo o intelectual que me contava coisas novas, para meu prazer intelectual”<sup>77</sup>. Os encontros com Astrojildo ocorreram em diversas ocasiões, e foi a partir desses momentos que surgiu a ideia de fundar o pasquim *O Homem do Povo*, já mencionado anteriormente neste trabalho.

Após a curta existência de seu pasquim, Patrícia e Oswald seguem para o Uruguai ainda em 1931, onde, finalmente, ocorre o encontro com Prestes. Esse encontro marca sua adesão ao Partido Comunista e sua entrada definitiva na luta operária.

Conversamos por três dias e três noites, num cafêzinho fechado e deserto. Consumimos, penso que, quilos de café. Não dormíamos, e consegui saber que o comunismo era coisa séria. E fiquei conhecendo a grandiosidade de uma coisa até então desconhecida para mim - o espírito de sacrifício.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>78</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 41.

De volta ao Brasil, Pagu logo sente a necessidade de ir além da reflexão teórica: “Mas a satisfação intelectual não me bastava... A ação me fazia falta. As teses isoladas irritavam-me. Era necessário concretizar”. Nesse contexto, ela critica duramente aqueles comunistas que se limitavam a discutir teorias em cafés, questionando: “O que faziam esses comunistas vivendo em cafés. O que faziam esses comunistas conhecidos, se não saíam dos cafés?”<sup>79</sup>. A oportunidade de se envolver na luta surgiu durante uma viagem a Santos, quando participou de uma reunião do Sindicato de Construção Civil. Nessa experiência, recebeu o convite “você precisa trabalhar com a gente, no partido”<sup>80</sup>.

O convívio com os comunistas operários proporcionou a Pagu uma nova perspectiva sobre a luta e o partido, o que é por ela relatado em seu encontro com o companheiro chamado preto Herculano:

As perguntas não eram necessárias. As respostas surgiam sem elas, todas, na pregação do enorme trabalhador negro. Que diferença da explicação intelectual de Prestes, que me exaltará sem convencer, provocando uma curiosidade ilimitada e sem satisfação. Herculano conseguiu chegar ao fundo de mim mesma. Bastava ouvir. A minha promessa partiu com a voz estranha de outra pessoa.

“Sim, companheiro. Eu lutarei com vocês.”<sup>81</sup>

Para Pagu, a militância assumiu uma dimensão de exaltação que, como ela mesma exemplifica, só pode ser comparada à vivência religiosa: “Perturbada, desde esse dia, resolvi escravizar-me espontaneamente, violentamente. O marxismo. A luta de classes. A libertação dos trabalhadores. Por um mundo de verdade e de justiça. Lutar por isso valia uma vida. Valia a vida.”<sup>82</sup>. Em determinado momento de seu relato, Patrícia manifesta surpresa ao ouvir uma cozinheira, chamada Maria, discorrer de maneira excepcional sobre economia política. Esse episódio revela que, na época, o fato de uma operária possuir conhecimentos considerados complexos gerava estranhamento, inclusive entre outras mulheres.

Patrícia é, então, designada para trabalhar como secretária na organização do Socorro Vermelho, em Santos, o que a obriga a se despedir de Oswald e de seu filho. A comoção ao se separar novamente de Rudá gerou sátiros de um companheiro comunista, que considerou a atitude um exagero sentimental. Pagu logo percebeu que a abdicação de sua função materna exigiria não apenas a distância, mas também a contenção de demonstrações de afeto. Para os

---

<sup>79</sup> Ibidem, p.44.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>82</sup> Ibidem.

comunistas, qualquer prioridade que não fosse a devoção total ao partido não deveria ser considerada válida:

Contei-lhe minhas apreensões sobre Rudá, que soubera estar novamente com pneumonia. Estava angustiada, mas sabia que não deixaria Santos naquele momento. R. sorria. O clássico dos que chamamos proletários intelectualizados, que só mais tarde percebi não conter apenas desprezo pela pequena burguesia. [...]

Foi com um tom de infinito desprezo que R. atacou o que designava como aviltante sentimentalismo. E com toda a vontade de atingir arranjou estas palavras:

“E se seu filho morresse hoje?”

Senti apenas que estava muito quente e pude responder:

“Os filhos dos trabalhadores estão morrendo de fome todos os dias. O importante é a nossa tarefa de agora.”<sup>83</sup>

Outro momento em que se evidencia a sobreposição entre a vida pública e a vida privada dos militantes comunistas ocorre quando, posteriormente, Pagu narra uma nova separação de seu filho:

O partido exigia que eu seguisse para o Rio. Já havia repousado suficientemente e devia voltar à luta. [...] Exigiam a minha separação definitiva de Oswald. Isso significava deixar meu filho. A organização determinava a proletarização de todos os seus membros. [...] O preço disso era o meu sacrifício de mãe.<sup>84</sup>

Cortes e Rangel discutem a sobreposição da vida pública à privada imposta pelo PCB, enfatizando que a militância deveria ser a prioridade. No que se refere às experiências femininas:

Ao percorrer as experiências pessoais dessas mulheres, percebe-se que a filiação ao comunismo implicava em sobrepor vida privada e pública até se dilacerarem os limites entre a intimidade pessoal e a ação militante. Essa sobreposição tinha motivos de ordem prática, em virtude da constante atenção contra as ações de espionagem e infiltração da polícia [...] Esse discurso que articulou a ação revolucionária das mulheres com as necessidades imediatas da organização partidária foi displicente no que tange à definição do sujeito *mulher revolucionária*, de tal maneira que pouca atenção foi dedicada às categorias relacionais *mulher/homem* enquanto atores diferenciados na luta pela transformação radical da sociedade brasileira.<sup>85</sup>

No relato de Pagu, observa-se o conflito recorrente entre sua militância e a maternidade. No entanto, apesar de todo sofrimento, ela acreditava que tudo valia a pena pela libertação dos oprimidos.

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 51-52.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>85</sup> RANGEL, Carlos Roberto da R; CORTES, Cácia da Silva. **A Militância Feminina no PCB - década de 1930.** Revista Gênero: Niterói, 2008, p. 204.

Pagu é presa pela primeira vez em decorrência de sua participação na greve da construção civil. Essa primeira prisão é brevemente mencionada no relato, resumida em um parágrafo:

Não posso dizer quais foram precisamente as sensações experimentadas nessa primeira prisão em Santos. Ocupei-me mais com o companheiro, vítima de espancamento brutal em minha presença. A revolta e a reação contra essa atitude da polícia impediram-me de pensar em minha situação<sup>86</sup>.

Em seguida, o relato se estende ao comício organizado pelo Socorro Vermelho em Santos, no qual Pagu atuou ao lado de Herculano, um militante que ela menciona com frequência, sempre com grande admiração e como uma fonte de inspiração. O evento foi marcado por grande desordem, a polícia já havia sido informada e, assim que Pagu e os demais militantes chegaram à Praça da República, foram recebidos a tiros. Herculano morre em decorrência da repressão policial, e Pagu é mais uma vez detida por um mês e meio.

Não vou relatar aqui os sofrimentos por que se passa numa prisão de mulheres. Faria uma má descrição e os sofrimentos físicos só foram sentidos na hora. A gente se esquece deles. Eu, principalmente. A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. Sempre pensei que na cadeia também se podia lutar. Atormentava-me a falta de comunicação, a ausência de notícias de companheiros. Não sentia nenhuma humilhação. E, no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta.<sup>87</sup>

É evidente que, para ela, as dores e sofrimentos vividos na prisão eram secundários; estava satisfeita por ser presa em nome da luta, pois, aos olhos do partido, isso a consolidava como uma militante. Motta argumenta que os comunistas deveriam demonstrar uma devoção absoluta à causa, mesmo com eventuais sofrimentos físicos em caso de prisão. O heroísmo era o que a organização esperava dos seus membros<sup>88</sup>, isso estava atrelado a reação de Pagu com a sua prisão. Ainda detida e sem comunicação com o mundo exterior, Pagu só toma conhecimento de novas informações relacionadas ao seu nome quando um companheiro de militância, que acabara de ser preso, a atualiza sobre os acontecimentos recentes:

Soubes das manifestações intensas por ocasião do enterro de Herculano. A polícia não entregou o corpo aos trabalhadores que o reclamam nem à família. Organizou-se então um enterro simbólico e a multidão invadiu o cemitério. Soube também que o meu nome era propalado aos quatro cantos e repetido com entusiasmo no meio dos proletários, o que era considerado pernicioso pelo partido por se tratar de uma militante de origem pequeno-burguesa. Os jornais incentivavam isso com noticiário escandaloso em torno de minha pessoa. Eu era realmente a primeira comunista presa e, no Brasil, isso era assunto a ser explorado, principalmente não se tratando de uma

---

<sup>86</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 53.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>88</sup> MOTTA, **A cultura política comunista**: alguns apontamentos, p. 15-37.

operária. Os comentários transformaram-se em lendas mentirosas, que exageravam minha atuação.<sup>89</sup>

Logo, recebeu críticas do próprio partido devido à empolgação em torno de seu nome, sendo essas atitudes consideradas desprezíveis vindas de uma “militante de origem pequeno-burguesa”<sup>90</sup>. Essa comoção levou o partido a obrigar Pagu a assinar um manifesto e uma declaração, onde ela assumia toda a responsabilidade pelo caos e pela desordem que haviam ocorrido sem a autorização do partido, pois “só a organização e o nome da organização deviam ser comentados”<sup>91</sup>. Sobre o ocorrido, Pagu relata ter se sentido humilhada e com o orgulho ferido, mas diz ter achado “justa a determinação e aprovei o manifesto, disposta a todas as declarações ou fatos que exigisse de mim o meu partido”<sup>92</sup>. A prisão era algo que, como salienta Motta, os militantes comunistas deviam “esperar e estar preparado para enfrentar como mais uma consequência, ou mesmo mais uma tarefa da militância”<sup>93</sup>.

É interessante destacar na narrativa de Pagu a clareza com que ela expõe os fatos vividos uma década depois, considerando que seu relato foi escrito durante uma prisão em 1940. Naquele momento, mais velha e distante da militância comunista, Pagu observa os acontecimentos sob uma nova perspectiva.

Já em liberdade, o partido decide proletarizar Pagu, enviando-a ao Rio de Janeiro para buscar um emprego comum e iniciar seu processo de proletarização. Durante essa fase de busca e adaptação, recebeu duas ofertas de emprego: uma na Agência Brasileira, e outra no Diário da Noite. No entanto, foi reprimida pelo partido: “Nada de jornal. Nada de trabalho intelectual. Se quiser trabalhar pelo partido, terá que admitir a proletarização”<sup>94</sup>. A relação entre o Partido Comunista e os intelectuais sempre foi complexa. Durante esse período, os intelectuais eram rejeitados pelos comunistas, que os viam como pertencentes à pequena burguesia. Em seu livro de memórias, o militante Leôncio Basbaum relata que o processo de proletarização envolvia a renúncia de tudo que fosse tido como burguês: “abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido. A própria gravata passou a ser um

---

<sup>89</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 62-63.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> MOTTA, **A cultura política comunista**: alguns apontamentos, p. 5-6.

<sup>94</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 69.

sinal de tendência pequeno-burguesa. Até mesmo tomar banho diário era um resquício pequeno-burguês capaz de afetar a ideologia proletária no Partido”<sup>95</sup>.

Pagu também enfrentou essa reação negativa do partido em relação aos intelectuais, a qual ela descreve:

[...] procuraram afastar da organização todos os elementos que não tinham origem proletária. Não encontrando base para minha expulsão, conformaram-se em me entregar o bilhete de afastamento indeterminado. O companheiro que me entregou a notícia quis consolar-me com um ‘Espere e prove fora do partido que você continua uma revolucionária. A organização consente que você faça qualquer coisa para provar a sua sinceridade, independentemente dela. Trabalhe à margem, intelectualmente’

Aceitei a situação. Minha vida era minha vida política.<sup>96</sup>

No artigo *O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro*, Muniz Gonçalves Ferreira analisa a relação do PCB com os intelectuais no Brasil. O autor destaca que a decisão de excluir ou expulsar os intelectuais e quaisquer vestígios da pequena burguesia de suas fileiras partidárias, resultou no isolamento e enfraquecimento do partido no contexto político brasileiro<sup>97</sup>. De fato, pouco tempo depois, o partido reverte essa decisão, e Pagu é convocada novamente.

## 2.5 - Os abusos ocorridos no interior do Partido Comunista

Ao longo de sua trajetória como militante, Pagu começa a observar e vivenciar o machismo e os abusos dentro do partido, abordando essas questões em seu relato. Ao retornar ao partido, é introduzida ao Comitê Fantasma, uma estrutura secreta e ilegal da organização, ficando sob a responsabilidade de um companheiro que ela chama apenas de CM11. Em determinado momento, Pagu é incumbida da tarefa de obter uma documentação com o militar Emídio Miranda<sup>98</sup>. Após algumas tentativas frustradas, ela descreve o seguinte diálogo com CM11:

“Emídio não demonstra nenhum interesse particular por sua pessoa?”

Nunca tinha reparado nisso. Apenas amizade comum. Nitinha, sua mulher, tinha sido minha amiga.

<sup>95</sup>BASBAUM, Leônio. Uma vida em seis tempos. Memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 75. apud PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros.** História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 100-101.

<sup>96</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 89-90.

<sup>97</sup> FERREIRA, Muniz Gonçalves. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil.** Rio de Janeiro, 2012, p. 25.

<sup>98</sup> Para saber mais sobre Emídio Miranda, ver: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; ENTREV. BIOG.; Jornal do Brasil (10/11/1981); MIN. GUERRA. Almanaque (1958); Movimento de 5; Rev. Clube Militar (6/1950); Rev. Militar Brasileira; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926.

E CM11 me ordenou ainda: “É preciso que você consiga isso. Talvez já haja esse interesse. Repare”.<sup>99</sup>

Assim, Pagu começa a compreender o que era esperado dela enquanto uma mulher militante. Mesmo inserida em um partido revolucionário, percebe-se a persistência e a reprodução, em certo grau, de valores e atitudes oriundos de uma sociedade burguesa. No entanto, é importante ressaltar que tais concepções refletem o contexto histórico desses militantes que estavam inseridos nas limitações de sua época. A antropóloga Mirian Goldenberg, em suas análises sobre trajetórias de mulheres militantes, destaca que a definição de uma militante considerada exemplar exigia atributos como coragem, sacrifício, dedicação e abnegação:

As qualidades exigidas para uma mulher ser considerada uma “boa” mãe, aquela que se anula inteiramente para se dedicar aos filhos. A “boa” militante deveria ter essas mesmas qualidades no interior do partido, sendo ou não mãe. O partido, a luta comunista, deveria estar acima de quaisquer outros interesses familiares, profissionais ou pessoais.<sup>100</sup>

Pagu estava disposta a se entregar por completo ao Partido. As características atribuídas à ela, como mulher transgressora, autêntica e destemida, disposta a explorar suas experiências afetivas e sexuais, eram frequentemente mal interpretadas por alguns de seus companheiros, que acreditavam erroneamente que ela estaria disposta a qualquer investida sexual. Em determinado momento, Pagu descreve as investidas de um companheiro: “Como era revoltante e ridículo despir a capa comunista. Que nojo aovê-lo atirar-se a minha procura com a vulgaridade brutal e desastrada que eu já conhecia nos homens de outras classes sociais.”<sup>101</sup>

Ao ser orientada por CM11 sobre informações que deveria obter de um companheiro chamado Ademar, Pagu relatou:

“Você não parece inteligente...”, e, depois de um silêncio: “Na cama, ele dirá tudo. E você terá o que quiser.”

Não me indignei com isso, porque o ridículo enchia de comicidade a situação. [...] Era apenas indecente e vexante.

“Mas é ridículo!”, disse eu. “Estou de acordo com o sacrifício total, se se tratasse de uma coisa que valesse a pena, se se tratasse de vidas e vidas, num momento de luta armada, em plena revolução. Mas assim, para obter ridículas informações, que nem sequer se sabe se serão aproveitadas, acho que é exigir demais das mulheres revolucionárias. Não sou uma prostituta.”

---

<sup>99</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 99.

<sup>100</sup> GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militância Política de esquerda no Brasil: uma história não contada. In: XX ANPOCS, 1996, Caxambu. XX ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1996, p. 11.

<sup>101</sup> GALVÃO, Pagu: autobiografia precoce, p. 87.

“Não se exige isso das mulheres revolucionárias. Exige-se de você, que é uma mulher excepcional.”<sup>102</sup>

Ferreira e Lins afirmam que, para o partido, a imagem de Pagu como uma mulher subversiva era associada à promiscuidade: “O discurso emancipacionista fazia de Pagu apta aos serviços sexuais. A liberdade sexual feminina se confundiu com imoralidade, concepção essa ainda baseada na moral burguesa.”<sup>103</sup> Ao passo que respondeu: “[...] Naturalmente, vocês vão atrás dos boatos que correm a meu respeito no mundo burguês. Pensam que uma aventura a mais ou a menos para mim não tem importância nenhuma. Uma mulher de pernas abertas: é o que vocês pensam.”<sup>104</sup> Pagu afirmou que não manteria mais comunicação com ele e que caberia ao Partido designar outra pessoa para trabalhar ao seu lado.

No dia seguinte, duas representantes da IC visitaram Pagu, com palavras acolhedoras, afirmaram que nenhuma militante deveria ser obrigada a desempenhar uma tarefa para a qual não se sentisse apta. Em seguida, solicitaram que ela assinasse um documento, alegando tratar-se de uma “mera formalidade”: “[...] E assinei o documento que até hoje desconheço”<sup>105</sup>.

Daniella Lôbo, ao analisar relatos de mulheres militantes, evidencia o uso da chamada “tática dois” com mulheres militantes: “Se tratava de delegar a militantes mulheres a tarefa de conseguir favores ou informações por meio de atividades sexuais”<sup>106</sup>. No relato observa-se que, apesar de sua repulsa pelo comportamento exigido, Patrícia acaba cedendo às imposições do Partido e decide ir ao encontro de Ademar: “Eu tinha consciência, sim, de que estava me prostituindo e me parecia que não era obrigada a isso”<sup>107</sup>.

- Você está habituada a fazer esse trabalho?
  - Não. É a primeira vez. Mas farei quantas vezes forem necessárias.
- [...] Já não tinha mais nada para sentir. Fomos para a casa do Bosque. As informações foram redigidas e assinadas por Ademar. Fazia muito frio. Muito frio mesmo. Havia uns velhos restos de roupão. E me entreguei. Sim, me entreguei não como uma prostituta que comercializa pela primeira vez. Com muito maior consciência da sujeira, da podridão e sem nenhuma vergonha mais.

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>103</sup> FERREIRA, Alane Sousa; LINS, Marcelo da Silva. **Relações de Gênero e Militância Comunista**. VIII Encontro Estadual de História, ANPUH BA, Feira de Santana, 2016, p. 6.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>106</sup> LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB**: memória, história e historiografia. Dissertação (pós-graduação em Memória) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017, p. 55.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 114.

Deixou-me também daí a pouco, como se deixa uma meretriz, com certeza, com o mesmo nojo dos fregueses de bordel. Fiquei enrolada, tremendo de frio, nos restos do roupão.<sup>108</sup>

Após esse encontro, Pagu informa ao partido que não deseja mais integrar o Comitê Fantasma, ela desejava “entrar para o serviço ativo e normal. Que já tinha dado provas de minha boa vontade”<sup>109</sup>. No dia seguinte, a resposta foi dada: haviam decidido por seu afastamento. Mesmo após dedicar-se integralmente e demonstrar sua lealdade ao Partido, continuava a ser menosprezada.

A vida sexual de Pagu sempre foi tema de discussão, tanto dentro quanto fora do Partido. A respeito disso, ela menciona:

Eu sempre fui vista como um sexo. E me habituei a ser vista assim. Repelindo por absoluta incapacidade, quase justificava as insinuações que me acompanhavam. Por toda parte. Apenas lastimava a falta de liberdade decorrente disso, o incômodo nas horas em que queria estar só.<sup>110</sup>

O abuso e a violência experimentados por Pagu dentro do Partido não constituíram episódios isolados. Diversos estudos destacam relatos e experiências vividos por outras mulheres militantes e seu papel marginalizado dentro do partido. De acordo com Daniella Lôbo:

Com efeito, a estrutura organizativa do Partido Comunista do Brasil foi construída de forma hierarquizada e às mulheres não eram delegadas funções de alto poder decisório. Há relatos de algumas delas afirmando não saberem como se procediam as tomadas de decisões, tendo em vista que a sua participação era muitas vezes fora da estrutura partidária, desempenhando funções de apoio e auxílio, sem nunca ocupar cargos de maior destaque.<sup>111</sup>

É possível observar que, no que tange às mulheres, os militantes do PCB continuavam a reproduzir os ideais de uma sociedade capitalista, pois estão inseridos em um contexto histórico, sendo moldados pela influência do meio social. A inserção das mulheres no espaço público, especialmente na política, nunca foi uma tarefa fácil, como o relato de Pagu evidencia. Mesmo entre os homens comunistas, havia resistência em avançar nas questões femininas, que eram frequentemente consideradas como questões secundárias na luta de classes. Como Ferreira e Lins apontam: “Pensar a opressão feminina unicamente atrelada à

---

<sup>108</sup> Ibidem, p. 115-116.

<sup>109</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 120.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 124-125.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 53.

luta de classes impediu, talvez, a esquerda de amadurecer as questões relacionadas à libertação da mulher.”<sup>112</sup>

## 2.6 - O declínio revolucionário

Todos esses eventos marcaram o início do declínio da participação de Pagu na militância político-partidária: “[...] Percebia que o partido nada mais queria de mim. O que adiantara tudo? Não conseguira provar minha dedicação, meu desinteresse, minha sinceridade”<sup>113</sup>. A frustração de Pagu torna-se evidente, pois, apesar de todos os seus esforços em prol do Partido, ela sentia que havia fracassado como militante.

Com o afastamento do partido, Pagu inicia uma viagem rumo à Europa, percorrendo diversos locais até alcançar seu destino final. Ao atravessar a China, ela se depara com a realidade do regime comunista no país:

Qualquer descrição é inútil. Quem se tinha por revolucionária só poderia ver um terço da população chinesa vivendo nos juncos dos rios. Eu tenho pudor da realidade da China. É tudo tão miseravelmente absurdo que eu nunca tive coragem ou ânimo de narrar o que encontrei ali. A mentira, a fábula grotesca me horroriza pelo ridículo, e eu mesma penso que tudo o que vi foi mentira.

As crianças e os ratos. O excremento e as feridas. O lixo de cadáveres recolhidos já desmanchados pelos carros de limpeza. Os chicotes matando, as torturas públicas no povo revoltado ou no povo indiferente até ao terror. No teatro, vi dezenas de mulheres morrendo. Como riram as mulheres mortas. A verdade foi apenas o lodo amarelo do Yang-Tsé que encheu meus olhos, meu cérebro, minha vida até hoje.<sup>114</sup>

A primeira decepção a atingiu profundamente, levando-a a declarar que não falaria sobre o que havia presenciado. Partindo em direção à Rússia, a tristeza causada pela China cedeu lugar à euforia e à esperança de pisar no território da Sibéria:

[...] Atirei fora a heroína dos dias intragáveis. A esperança escorria de meus olhos, lambendo meu rosto. Toda a amargura só ficou em minha boca.

A Sibéria escorria. Estava obscena de felicidade. O êxtase era absoluto diante da juventude que corria nas gares. Incrível como alguém possa imbecilizar-se assim, diante de chapas e lenços encarnados. [...] Onde estavam minhas dúvidas e o resultado das decepções? Como fora arrebatada pelo ceticismo que amargura minha militância no Brasil? Claro que não soubera compreender a evolução progressiva do movimento revolucionário. O partido brasileiro era uma criança, como poderia agir em adulto sem passar pelo engatinhamento e pelos titubeios da infantilidade?<sup>115</sup>

O orgulho e o êxtase em testemunhar o que considerou a plena implementação do comunismo foi acompanhado de grandes expectativas quanto a sua aplicação em Moscou. No

<sup>112</sup> FERREIRA; LINS, **Relações de Gênero e Militância Comunista**, p. 9.

<sup>113</sup> GALVÃO, **Pagu**: autobiografia precoce, p. 120.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 133.

entanto, essa não foi a realidade que ela encontrou na capital soviética. Pagu se deparou com a contradição da Revolução ao narrar o encontro com uma pequena menina:

[...] quando senti que me puxavam o casaco. Era uma garotinha de uns oito ou nove anos em andrajos. Percebi que pedia esmola. Que diferença das saudáveis crianças que eu vira na Sibéria e nas ruas de Moscou mesmo. Os pés descalços pareciam mergulhar em qualquer coisa inexistente, porque lhe faltavam pedaços de dedos. Tremia de frio, mas não chorava com seus olhos enormes. Todas as conquistas da revolução paravam naquela mãozinha trêmula estendida para mim, para a comunista que queria, antes de tudo, a salvação de todas as crianças da Terra. E eu comprava bombons no mundo da revolução vitoriosa. Os bombons que tinham inscrições de liberdade e abastança das crianças da União Soviética. Então a revolução se fez para isso? Para que continuem a humilhação e a miséria das crianças?<sup>116</sup>

Esse relato final evidencia o choque e a decepção de Pagu ao perceber que grande parte de suas crenças, bem como a narrativa construída em torno da Revolução, não correspondiam com a realidade. As questões sociais contra as quais ela lutava ainda permaneciam, em certa medida, presentes na sociedade soviética.

Pagu foi ainda filiada ao Partido Comunista na França, onde permaneceu por um período após sua passagem pela URSS. No entanto, ao retornar ao Brasil em 1935, foi presa por cinco anos, sendo libertada em 1940. Durante esse período de encarceramento, escreveu o relato em questão para seu companheiro Geraldo e passou a refletir criticamente sobre as atitudes do Partido Comunista, questionando as opressões vividas dentro da organização e as incongruências de seus discursos.

---

<sup>116</sup> Ibidem, p. 139.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho propôs uma análise da trajetória de Pagu, considerando sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) como expressão de uma atuação marcada pela transversalidade entre gênero, classe e política. A vida e a escrita de Pagu evidenciam como sua militância ultrapassou os limites de uma única pauta, articulando diferentes formas de resistência em um contexto profundamente patriarcal e autoritário. Ao mesmo tempo que lutava por transformações sociais através da perspectiva marxista, Pagu também expunha as contradições de gênero existentes no interior do próprio partido.

A narrativa de si resgata a diversidade de toda a produção de Pagu, quebra representações equivocadas construídas sobre sua figura e registra os percalços vividos tanto no interior do Partido Comunista quanto no contexto histórico marcado pelo Estado Novo. Trata-se de um testemunho potente que revela as tensões de sua vida pessoal, suas convicções políticas e os obstáculos impostos por uma sociedade patriarcal aliada a um regime autoritário. Para além de sua trajetória pessoal, seus relatos tornam-se fonte histórica sobre a atuação das mulheres no Partido e as contradições entre o discurso revolucionário e as práticas políticas da época.

O percurso de análise desta pesquisa se iniciou com a contextualização da inserção das mulheres no PCB desde sua fundação, com o objetivo de traçar um panorama introdutório sobre como o partido enxergava as demandas específicas das mulheres trabalhadoras e as estratégias propostas para enfrentar os obstáculos impostos por sua condição de classe e de gênero, compreendendo, também, o contexto político nacional em que o partido estava inserido e como esse cenário afetou as movimentações partidárias. Em seguida, exploramos como a imprensa partidária, por meio das páginas do jornal *A Classe Operária*, se tornou um espaço de visibilidade e mobilização para as mulheres. Essa produção revela o esforço coletivo de construir um espaço de luta a partir de suas próprias experiências, promovendo articulações entre a luta de classes e a luta de gênero.

O segundo capítulo também abordou a criação de estruturas organizativas exclusivamente voltadas para as mulheres, explorando os processos do envolvimento feminino, os discursos que mobilizavam e os métodos de resistência que adotavam. Esse contexto foi essencial para compreender os desafios enfrentados pelas militantes e os limites impostos pelas hierarquias patriarcais no interior do PCB. Compreender esses obstáculos abre

caminho para a narrativa de Pagu, que evidenciou os abusos, silenciamentos e contradições vivenciadas por mulheres no espaço da militância política. O terceiro capítulo centrou-se na figura de Pagu, destacando sua relação conturbada com o PCB, mas também revelando sua força enquanto mulher, mãe, intelectual e militante. Sua carta permite visualizar os efeitos da violência simbólica e institucional sobre seu corpo e sua trajetória, além de oferecer uma perspectiva crítica sobre temas como feminismo, maternidade, sexualidade e poder.

A história de Pagu foi sempre contada por outros carregados de olhares enviesados, as narrativas consolidaram a imagem de uma mulher independente, destemida - atributos que, apesar de positivos, muitas vezes estavam atravessados por leituras sexistas. Não se nega que ela tenha sido, de fato, uma mulher à frente de seu tempo; contudo, por baixo da figura de uma militante forte e corajosa, havia também uma jovem que, desde muito cedo, sentiu o peso de sua condição feminina. Dessa forma, mais do que revisitar sua biografia, este trabalho buscou dar voz à Pagu, permitindo que ela nos conte sobre si mesma. Através dela, vislumbramos não apenas a história de uma militante, mas de muitas outras mulheres que, como ela, foram silenciadas e que agora podem, enfim, ser ouvidas.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2009.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB*. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.
- CAMPOS, Augusto de. *Pagu. Vida-Obra*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
- FERRARA, Jéssica Antunes. *O que de Rosa há em Pagu: influxos revolucionários feministas no Brasil*. Revista Historiae, Rio Grande, v. 10, n. 1: 99-119, 2019.
- FERRAZ, Geraldo Galvão. Prefácio. In: GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
- FERREIRA, Alane Sousa; LINS, Marcelo da Silva. *Relações de Gênero e Militância Comunista*. VIII Encontro Estadual de História, ANPUH BA, Feira de Santana, 2016.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College d'e France, apresentada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.
- FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- GALVÃO, Patrícia. *Pagu: autobiografia precoce*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GALVÃO, Patrícia: *Parque Industrial*. Companhia das Letras: São Paulo, 2022.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militância Política de esquerda no Brasil: uma história não contada. In: XX ANPOCS, 1996, Caxambu. XX ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escritas de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GUEDES, Thelma. *Pagu: literatura e revolução*. Editora: Ateliê Editorial, 2003.
- LÔBO, Daniella Ataíde. *Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia*. Dissertação (pós-graduação em Memória) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Comunistas: cultura política e produção cultural*. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013, v. 1.
- MOTTA, Romilda Costa. *Práticas políticas e representações de si*. Os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão (Pagu). Tese (doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MILFONT, Raíza Hanna Saraiva. “*Mulher de ferro com zonas erógenas e aparelho digestivo*”: o relato confessional da militância feminina em *Paixão Pagu*. Tese (mestrado) – Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

MORETTI, Francielie; MATIAS, Felipe dos Santos. *A escrita engajada de Pagu contra a opressão de classe social, gênero e raça em Parque Industrial*. Revista Moara, n. 59, ago-dez 2021.

MORAES, Letícia Nunes de. *Histórias de Pagu*: memória, feminismo e cultura política. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico. De Rousseau à internet*. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 74.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura. São Paulo, Siciliano, 1985, p. 40.

OLIVEIRA, Carmen Sílvia Araujo de. *A solidade feminista de Patrícia Galvão em Parque Industrial*. Miguilim: revista eletrônica, vol. 3, nº 2, 2014.

OLIVEIRA, Eder Renato de. *O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)*. Rev. Sociologias Plurais, v.8, n. 2, p. 242-266, jul. 2022.

PONTES, Heloísa. *Vida e obra de uma menina nada comportada*: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo. Cadernos Pagu (26), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2006.

RANGEL, Carlos Roberto da R; CORTES, Cácia da Silva. *A Militância Feminina no PCB - década de 1930*. Revista Gênero: Niterói, 2008.

SOARES, Paula. *A questão feminina no Brasil (1925-1956)*: as mulheres na cultura política comunista. Belo Horizonte, 2021.

VALENTE, Luiz Fernando. *Canonizando Pagu*. Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 33, nº 3, p. 27-38, set. 1998.

WOLFF, Janet. *Feminine sentences, essas on women/fj culture*. Polity Press, 1990.